



IV Legislatura  
I Sessão legislativa

Número: 18  
Sexta-Feira, 12 de Maio de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral (substituído no decurso da Sessão pelo Deputado David Santos) e Manuel Goulart

### SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência, tendo sido lidos alguns requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Melo (PSD), João Sousa Braga (PS), Rui Meirões (CDS), Tomaz Duarte (PSD), Manuel Serpa (PS), Albano Pimentel (PS), Madruga da Costa (PSD), José Carlos Simas (PSD), Dionísio Sousa (PS), José Gabriel Lopes (PS), Manuel Valadão (PSD), António Silveira (PSD), Jorge Cabral (PSD), Victor Evaristo (PSD) e José Maria Bairos (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima.

No **Período da Ordem do Dia** foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Resolução**, apresentada pela Representação Parlamentar do **Partido Comunista Português**, sobre a despesa inerente à realização do torneio de apuramento à Taça de Portugal com a participação das equipas vencedoras das zonas do Pico, Faial e Flores da Associação de Futebol da Horta.

Feita a apresentação da proposta, pelo Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP), intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados António Silveira (PSD), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (PSD), Alvarino Pinheiro (CDS) e Rogério Serpa (PS).

Produziu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional** que cria o IIPA, Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores.

Após a apresentação da proposta, feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia, Alvaro Dâmaso, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio Sousa (PS) e Rui Meireles (CDS), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia, Alvaro Dâmaso.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional**,

### declarando findo o período legislativo de Maio.

Os trabalhos terminaram às 13,30 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Álvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madrugada da Costa, Manuel Valadão, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Amaral Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Hélio Pombo, João Sousa Braga, José Gabriel Lopes, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

**Presidente:** Estão presentes 47 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar ao **Período de Antes da Ordem do Dia**.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de proceder à leitura do expediente, bem como dos anúncios que o Regimento impõe.

**Secretário (Jorge Cabral):** Através da Delegação da Ilha do Faial do Sindicato dos Professores da Região Açores foi enviada à Assembleia Regional dos Açores uma Moção sobre a problemática que actualmente enfrenta aquele sector.

**Secretário (Manuel Goulart):** Um requerimento do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, José Gabriel Lopes, do seguinte teor:

"Considerando que o desenvolvimento da Agro-Pecuária e o aumento da produção passa essencialmente pelo melhoramento e renovação das pastagens com sementes de qualidade;

Considerando que nalgumas ilhas existem pastagens totalmente degradadas e que a sua renovação acarreta grandes encargos económicos devido ao elevado preço de máquinas e sementes;

Considerando que os agricultores por si só não estão à altura de fazer face aos encargos que tal renovação acarreta;

Considerando que esta situação prejudica não só os agricultores como também a economia regional;

Considerando que o PMP apenas prevê a

recuperação de incultos nas ilhas de S. Jorge e do Pico;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro, por intermédio de V. Exa., ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que se digne informar-me do seguinte:

1. Para quando e como pensa resolver os incultos nas outras ilhas?

2. Estão previstos alguns apoios para a recuperação de pastagens degradadas?

Horta, 11 de Maio de 1989.

**O Deputado Regional do PS: José Gabriel Lopes."**

**Secretário (Jorge Cabral):** Um requerimento do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, Ricardo Barros, do seguinte teor:

Considerando que a pecuária açoriana tem, ao longo dos anos, passado por graves crises, nomeadamente as decorrentes das dificuldades de exportação de leite em pó, queijo e manteiga;

Considerando que, para além das dificuldades acima referidas, se juntam outras advinentes de doenças que dificultam a exportação de gado vivo e causam ainda outros problemas porventura de gravidade imediata menos acentuada;

Considerando que os lavradores muito justamente se interrogam quanto à segurança do seu futuro, nomeadamente quanto à concorrência a que estarão sujeitos após o término do período de transição para o sector estabelecido aquando das negociações de adesão de Portugal à CEE;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requeiro que por intermédio de V. Exa. o Governo me informe:

1º - Se possui dados seguros sobre a dimensão da paratuberculose na Região Autónoma dos Açores;

2º - Se foram tomadas medidas eficazes para combater a referida doença e em caso afirmativo quais os resultados obtidos;

3º - Se no ano de 1988 entraram na Região animais portadores de paratuberculose e em caso afirmativo em que quantidade, de que origem e para que ilhas?

Horta, Sala das Sessões, 11 de Maio de 1989.

**O Deputado Regional do PS: Ricardo Barros."**

**Secretário (Manuel Goulart):** Um requerimento da Sra. Deputada Regional do Partido Social Democrata, Adelaide Teles, do seguinte teor:

"Considerando a tradicional vocação vitivinícola da Ilha Graciosa;

Considerando que esta ilha apresenta nos Açores condições óptimas à cultura da vinha;

Considerando as sérias dificuldades que o sector vitivinícola tem atravessado.

Considerando que se abrem novas perspectivas ao desenvolvimento da cultura da vinha com a aplicação à Região do **Regulamento (CEE) 2 239/86**, que poderá abranger operações de arranque, reconversão e reestruturação da vinha, com vista a melhorar as estruturas vitivinícolas, prevendo-se para os Açores um investimento de 0,5 milhões de contos, conforme consta do PMP 89/92;

Considerando que, aquando da recente visita à Ilha Graciosa, o Governo Regional decidiu reforçar os apoios à reconversão da vinha.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1 - Que medidas irão ser tomadas para acelerar a reconversão da vinha na Ilha Graciosa.

2 - Quando irão ser postas em prática tais medidas.

Horta, 12 de Maio de 1989.

**A Deputada Regional:** Adelaide Maria Medina Teles."

**Secretário (Jorge Cabral):** Mais um requerimento do Sr. Deputado Regional do Partido Socialista, José Gabriel Lopes, do seguinte teor:

Considerando que na Região se assistiu durante o Verão de 1988 a uma das mais prolongadas secas dos últimos anos e que a mesma causou graves prejuízos à economia regional em geral e ao sector Agro-Pecuário em particular nomeadamente na falta de alimentos e água para o gado;

Considerando que desde o início do corrente ano a pluviosidade nas ilhas tem sido praticamente nula, o que deu azo a que as nascentes não atingissem os níveis desejáveis;

Considerando que, a manter-se esta situação, a época estival que se aproxima promete ser ainda mais difícil para os agricultores;

Considerando que o PMP prevê o abastecimento de água às explorações agrícolas das ilhas de S. Miguel e Terceira,

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero, por intermédio de V. Exa., ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que se digne informar-me do seguinte:

1. Se já existem os projectos para o abastecimento de água às explorações agrícolas das ilhas de S. Miguel e Terceira;

2. Em caso afirmativo para quando está previsto o seu início?

Horta, 11 de Maio de 1989.

**O Deputado Regional do PS:** José Gabriel Lopes."

**Secretário (Manuel Goulart):** Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Regional nºs 10, 11 e 12.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos passar agora ao Período de Antes da Ordem do Dia destinado ao **tratamento, pelos Srs. Deputados, de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional, Srs. Deputados:

É aqui nesta Assembleia que o debate político assume particular relevância. É aqui neste Parlamento que os diferentes posicionamentos da filosofia partidária devem ser esclarecidos e confrontados, na procura de soluções que respondam às reais dificuldades na condução dos destinos da Região Autónoma. É aqui, nesta Casa, que as quatro forças partidárias devem convergir, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, a afirmação da dignidade de toda uma comunidade que aqui quer viver.

Toda e qualquer tentativa de levar para outros locais a verdadeira missão subjacente ao funcionamento do órgão legislativo regional é trair, é retirar a ética do sistema parlamentar onde, voluntariamente, nos inserimos, e que, desde o início do actual processo autonómico, assumimos e concretizamos.

Permanecer aqui, nesta Casa, silenciosamente, quando grandes projectos, planos, programas, são discutidos e analisados pela maioria dos deputados que aqui cumprem o seu mandato, discorda-se e compreende-se, ou melhor, pode justificar-se por alguma inibição pessoal.

A quem receia de não se estar à altura de enfrentar as tais eventuais 2ªs ou 3ªs linhas descobertas pelo Partido Socialista,...

**Deputado José Carlos Símas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...pode ser uma justificação para retraimento; para o silêncio; para a falta de uma participação activa, directamente proporcional às responsabilidades político-partidárias de quem é eleito precisamente para isso.

Pelo contrário, aproveitar a ausência de contrapontos às palavras que escorrem como se de uma cassete se tratasse, é mais fácil. É mais cómodo. É mais desinibidor. Falar sem que nos possam contrariar, é apanágio dos que praticam a verborreia do dia-a-dia. Nunca para quem quer se assumir como líder.

É como se estivesse a falar sozinho para um espelho, onde não se vê o povo, ou os seus representantes.

**Deputado António Oliveira Rodrigues (PS):** É para o "Ecran"!

**O Orador:** Apregoando os valores democráticos, dos quais resulta o princípio de que é o povo que decide, através do voto, os destinos políticos, quer o PS tomar conta disso - entenda-se, dos Açores. Como se o povo não soubesse tomar conta de si e dos seus destinos, votando no PSD.

**Deputado António Oliveira Rodrigues (PS):** Cada vez sabe mais!

**O Orador:** Não seria demais querer tomar conta dos Açores, quando não se sabe tomar conta do seu partido?

Desconhecer os dossiers e ignorar os mecanismos financeiros da CEE é, para quem alimenta desesperadamente certas ambições de Poder, exibir deficiências que a primeira das primeiras linhas não permite. Só por ausência ou manifesta incompetência.

Ignorar o longo caminho percorrido pelos projectos candidatos aos financiamentos comunitários; ignorar os mecanismos da sua elaboração, da sua apresentação, das suas sucessivas análises por diferentes departamentos; ignorar os diversos escalões regionais, nacionais e internacionais da análise destes projectos até que, finalmente, consigam ser aceites para se candidatarem a comparticipação significativa dos seus custos; ignorar todas as etapas que um simples projecto tem de percorrer nas comissões especializadas na CEE é não saber assumir a tão simples circunstância que um técnico superior de 2ª classe já hoje domina com relativa facilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, quem tem vivido e participado com sequência em todo o processo Autonomo, assume a luta que a realidade Autónoma tem enfrentado contra os espíritos centralistas.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):**Muito bem!

**O Orador:** Qualquer deputado que passou ou esteja nesta Casa; membro do Governo; Director Regional; tem consciência das dificuldades destes últimos anos.

Apesar de termos um Estatuto Político-Administrativo unanimemente aprovado na Assembleia da República, quantas vezes repetimos, quantas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os preceitos lá consignados são adulterados na sua essência, são motivo de polémica, são rodeados de contradições, são esvaziados de objectivos,...

**Deputado António Oliveira Rodrigues (PS):** Abaixo o Cavaco!

**O Orador:** ...são finalmente motivo para que se elaborem discutíveis acordões que descubrem, com leituras deturpadas e subjectivas, inconstitucionalidades que nos revoltam.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Nunca estivemos

tão mal!

**O Orador:** Qual não é a nossa mágoa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o PS, através do seu responsável, (pelo menos nos próximos dois meses) desconhece tudo isso e, revelando uma ignorância atroz, vem dizer, com um sorriso nos lábios, que o PSD afinal não tem explorado todas as potencialidades do Estatuto.

Como podemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aceitar liminarmente as sucessivas doutrinas anti-estatutárias produzidas pelo Tribunal Constitucional.

Parece que, afinal, há quem nesta Casa esteja colado a esta estratégia anti-autonómica.

(Risos do PS)

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Talvez seja devido a todo este desconhecimento; a toda esta falta de ligação com a realidade açoriana, a toda esta falta de concretização de uma estratégia demagogicamente anunciada e prometida ao Povo dos Açores, que o equívoco de 9 de Outubro permanece impávido e sereno no debate parlamentar, sobre o Plano de Médio Prazo, permitindo que um pequeno partido, pela voz do Deputado Alvarino Pinheiro, comandasse todo o debate parlamentar por parte da oposição;...

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Eles não gostam de ouvir!

**O Orador:** ...assumisse a liderança da oposição democrática e arrumasse, permita-se-me o termo, qualquer veleidade oposicionista da 2ª (segunda) maior formação política deste Parlamento.

Ao sentir-se ultrapassado pela unidade e nova dinâmica do Grupo Parlamentar do PSD;...

(Risos do PS)

**O Orador:** ...ao sentir a oposição assumida por quem tem menor expressão eleitoral, agarra-se agora ao Presidente da República, elaborando mensagens após périplo de uma semana a todas as ilhas dos Açores, e preparando-se para ser oposição privilegiada no decorrer da próxima Presidência Aberta. Querem o carinho, o afago, a paternidade do Dr. Mário Soares.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Querem-no só para si agora?!

(Risos do PS)

**O Orador:** Em suma, aquilo que não encontram no seu seio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os contra-argumentos da oposição, pela sua fragilidade, pela sua ignorância, pela sua inconsistência, pela sua demagogia, são razões para, unidos, nos motivarmos cada vez mais na construção de uns Açores melhores.

Disse.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Sousa Braga.

**Deputado João Sousa Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A ilha de Santa Maria tornou-se a nível regional um referencial, que não abona, em nada, a favor da política que, consecutivos Governos do PSD, implementaram em relação às ilhas mais pequenas. O desenvolvimento harmónico que se apregoou, e se continua a apregoar, foram e continuam a ser meras palavras.

Quando em 1980 o Governo Regional definia para a Região uma política aérea, que se alicerçava, não num estudo económico, mas sobretudo em pressões de índole política, de que a ilha de Santa Maria foi vítima, o Governo de então praticava uma das grandes injustiças até hoje ainda não reparada.

O Governo Regional de então, ao alinhar e pôr em execução esta resolução, lançou para o "charco", pura e simplesmente, a já de si débil economia da ilha.

Por conseguinte, o aeroporto era, desde longa data, a base económica da Ilha, e já, na altura, se encontrava com um movimento reduzido, entretanto constituía um pólo de esperança e de aliciamento para aqueles que não se tinham deixado levar pelas ondas da emigração. Aquela medida reduziu ainda mais o tráfego e, conseqüentemente, as receitas daquele aeroporto, aumentando-lhe os prejuízos da sua exploração e provocando o esvaziamento de determinados serviços, tendo por isso dado origem à transferência de alguns trabalhadores para fora da ilha. Assim aconteceu com os trabalhadores do Serviço de Informação Aeronáutica, com alguns trabalhadores dos Serviços Meteorológicos, das companhias abastecedoras, da Alfândega, e dos trabalhadores da TAP. Mas o mais grave ainda, é que se abriu a porta, e se criaram as condições, para que outros serviços, nomeadamente os do controlo aéreo, sejam transferidos para o Continente.

Provocou-se o desalento e a desconfiança na população. Lançaram-se promessas que não tiveram até hoje cumprimento, o que se tem tornado num factor de desmotivação e descrédito na ilha. O facto é que o fenómeno da emigração continua e, com as facilidades agora abertas pelo Canadá, começa já a ser preocupante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partir de 1980 que os marienses não têm sossego. Sob a ilha paira o fantasma, qual vampiro, da transferência de outros serviços, nomeadamente aqueles relacionados com o controlo oceânico

do espaço aéreo internacional da chamada região de informação de voo de Santa Maria. Hoje, sem dúvida, a base da economia da ilha.

Esta questão que os marienses aguardavam, com bastantes reticências, ficasse esclarecida e resolvida em 1988, e que finalmente, de uma forma ou de outra, se fizesse luz sobre a ilha, continua sem desfecho, e se este já existe, está a ser ocultado aos marienses.

Com toda a franqueza, na verdade, já não compreendemos, nem encontramos motivos para que se continue a massacrar os marienses com todas estas indefinições. Os marienses estão cansados. - Quanto a nós parece-nos estarem realizados os estudos do ponto de vista técnico e económico, em que se torna possível que seja tomada a decisão final, que é política, e que está nas mãos do Governo Regional accionar.

Quer esta decisão seja ou não favorável tem de ser conhecida. O que os marienses jamais aceitarão é serem apanhados de surpresa, tal como aconteceu no caso da resolução da política aérea. Isto a acontecer seria mais uma vez o constrangimento e a violentação de toda a comunidade mariense; uma atitude imperdoável; um abuso do poder que condenaremos vivamente.

Os marienses, apesar daquilo que muitas vezes se propala, querem andar para a frente, e querem preparar-se, se for caso disso, e exigir as alternativas que as circunstâncias impuserem. As indefinições sobre a ilha têm de acabar e a confiança na população tem de ser reposta o mais rapidamente possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra questão, e velha também, que neste momento se impõe levantar é a da Zona Franca de Santa Maria. Sabemos que o consórcio americano desistiu, e que se mantém o consórcio brasileiro e português. Até à presente data, segundo nos consta, apenas a Câmara Municipal de Vila do Porto entrou na sua globalidade com o capital social. Estiveram brasileiros em Santa Maria há poucos dias, e lança-se no momento um operação publicitária através de alguns órgãos de Comunicação Social de uma missão à Zona de Manaus, no Brasil. O que na realidade gostaríamos de saber é o que se passa, e com verdade e realismo, relativamente à Zona Franca de Santa Maria. Parece-nos que seria muito mais positivo da parte do Governo Regional uma maior transparência. A um requerimento feito em Novembro do ano passado sobre este assunto o Governo ainda não teve resposta.

Pensamos que há que tornar público, sem subterfúgios, a evolução da Zona Franca, quer no aspecto social, quer no aspecto económico em relação a Santa Maria.

Há que tornar clara a situação presente da

ZOFRAN, e qual tem sido a sua actividade. Que investidores até à data se têm mostrado interessados na Zona Franca. E destes, quais os que se vão instalar em Santa Maria.

O que é que vai acontecer, concluídas, que forem neste ano, as infraestruturas em Santa Maria?

Que se ponham as cartas na mesa. Que se esclareça os marienses com verdade sobre a Zona Franca, em toda a sua profundidade e dimensão. Cada vez mais detestamos ser enganados.

Tenho dito.

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Preservação do Património Cultural, Natural e Constituído tem sido uma preocupação da nossa geração, alargada pelos sucessivos atentados a que esse Património tem sido sujeito ao longo dos tempos.

E, se há Património que tem sofrido ameaças de destruição por causas relacionadas com o desgaste natural do tempo, outro, porém, tem sido **sujeito** aos malefícios de mãos vandálicas ou então ao desgaste provocado em nome da evolução da vida social e económica por agentes insensíveis a esta problemática e que não souberam ou não quiseram encontrar a exacta medida do compromisso entre o padrão de vida moderno e o usufruto do nosso património, quer construído, quer natural.

A perda dum bem patrimonial constitui, temos consciência disso, um empobrecimento efectivo da humanidade. Os países tendem a abolir as suas fronteiras e não é pacífica a tese de que os bens culturais sejam património exclusivamente nacional.

E é dentro desta perspectiva que, a nível internacional, se têm produzido textos que fazem doutrina nesta matéria, tais como a Carta de Atenas, a Carta de Veneza, a Carta do Turismo Internacional, e a própria O.N.U., através do seu departamento para a Educação, Ciência e Cultura, aprovou, sob a epígrafe da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, **recomendações** tendentes a definir o que é património, a disciplinar o seu uso e a protegê-lo através do Fundo do Património Mundial.

O acesso ao Fundo vem consignado no articulado da Convenção, aprovada pelo Decreto-Lei nº 49/79 de 06 de Junho, e constitui um esplêndido meio de recurso dos Estados Membros para amenizarem as despesas inerentes à conservação do seu Património.

A preservação do património justifica-se não só porque ele constitui o testemunho vivo

das gerações que nos antecederam, da sua cultura, da riqueza e da variedade do seu espírito criativo, das suas manifestações quer religiosas, quer sociais, mas também porque esse passado faz parte integrante das raízes, com as quais o homem se identifica. É uma espécie de naturo-humanismo, essencial ao equilíbrio psíquico e somático do ser humano.

E, numa Região como os Açores, de forte índice emigratório, os atentados ao seu património são também um profundo e rude golpe à identidade daqueles que partiram e cujo regresso muitas vezes é determinado pelas recordações que o identificam com os conjuntos históricos e culturais onde passaram parte da sua vida. O emigrante revê-se no fontanário local, na Igreja, no Império pintado a cores do gosto popular, na paisagem rústica ou urbana que o rodeia, no acidente natural ou na obra de arte, na flora selvagem ou humanizada, na fauna autóctone e endémica quer terrestre quer marinha.

É tudo isto que faz a integração das comunidades no seu ambiente histórico. E é neste sentido que se recomenda hoje vivamente e classificação dos conjuntos históricos, urbanos ou rurais por se considerar que o equilíbrio do todo depende da síntese dos elementos que o compõem e que não se confina apenas aos edifícios e estruturas espaciais mas alarga o seu raio de acção até às actividades humanas e às zonas circundantes, por mais modestas que sejam.

Só neste ambiente o homem encontra, consciente ou inconscientemente, emoção estética que lhe permita viver a sua vida, pautada pelos padrões culturais que são os seus, numa visão de humanismo personalizado que é aquele que defendemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A preservação do património justifica-se ainda por força do Turismo Cultural. E numa Região como os Açores, que encara finalmente o sector do Turismo como uma das fontes de riqueza a explorar, esta matéria não é, de modo nenhum, irrelevante. A medida que a revolução democrática for operando o seus benefícios no sector da Educação, cada vez mais o Turismo Cultural se irá desenvolver, através da procura crescente de zonas ecológicas e protegidas com contrapartidas sócio-culturais e económicas evidentes para as populações.

Isto mesmo se pode inferir da Carta do Turismo Cultural adoptada em Bruxelas em 1976.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Os Açores, sob o ponto de vista paisagístico, constituem, no contexto das Regiões do País, uma zona ainda relativamente preservada, mas o seu Património Natural encontra-se ameaçado. Cerca de 30 espécies de plantas autóctones,

entre as quais 15 a 20 endémicas, estão em vias de extinção, substituídas por espécies exóticas, segundo estudos efectuados por peritos na matéria.

A substituição da sua flora primitiva por outra condiciona naturalmente a fauna que dela dependia para efeitos de alimentação e as consequências são evidentemente a progressiva extinção da espécie como está a acontecer com o priolo que já só se encontra no Pico da Vara na Ilha de S. Miguel e com o pombo Torquaz.

E o mesmo se pode dizer em relação à avifauna aquática em que a Região conserva exemplares raros no mundo como o garajau rosado, ameaçado de extinção, e outros.

É dentro deste contexto que se impõe ao nível regional um estudo sério e atento sobre este problema de modo a podermos ainda remediar males feitos no passado e corrigir incúrias do presente.

Ora, existe, na Ilha de S. Jorge, na costa Norte, uma zona que se impõe classificar com urgência e que, aliás, está já inscrita no programa CORINE da Comunidade Europeia, que inclui a Fajã dos Cubres.

Esta Fajã assume, no contexto da ilha, um elevado interesse ecológico, não só pelo seu valor paisagístico, mas também pela sua relevante importância ornitológica como zona nidificante e invernante e ainda por constituir uma reserva de vegetação autóctone costeira e de cumeada em vias de extinção.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Tomaz Duarte.

**Deputado Tomaz Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Os indicadores de Progresso na nossa Região são tão elucidativos, o volume de obras de toda a sorte tão palpável, o crescente bem estar das populações tão manifesto, que ninguém, dentro ou fora do contexto açoriano, ousa pôr em dúvida os benefícios desta nova geração da Autonomia e da operosidade dos seus Órgãos de Governo próprio.

São tantos e tão variados os empreendimentos que atingem todos os níveis dos mais diversos sectores de actividade que, não só se lhes perdeu a conta, como cada vez mais é difícil compará-lhes as virtudes ao ponto de já nem se lhes atribuir o seu real valor.

A força de não termos nada, como que nos banalizámos na abundância e passámos a ser desmedidamente exigentes.

Todos querem tudo ao mesmo tempo e não se pesam encargos porque se perdeu o respeito pelos números. Fala-se em milhões como se o Orçamento fosse um manancial inexaurível!...

Depois... lamentamo-nos e invectivamo-nos até, porque se entrou em rotura, ainda que passageira...

Desse interminável rol de realizações, discutem-se aspectos mais ou menos secundários, põem-se em causa certas opções, apontam-se mesmo erros que se assumem, mas as obras aí estão feitas para ficar.

E os seus resultados e as suas melhorias estão bem à vista, sentem-se ou simplesmente se vislumbram, pois que nem todos os efeitos são imediatos. Muitos apenas se hão-de revelar a médio e longo prazo.

Nos primeiros, naqueles que denunciam de pronto as causas, situamos e destacamos o desenvolvimento verificado na área das pescas.

Pescas, que falam tão de perto com a Ilha por que fomos eleitos e que hoje aqui nos trazem em curta intervenção.

Reduzindo mais o âmbito, sem menosprezar a faina artesanal, falaremos acerca da dita Pesca Industrial ou Pesca do Atum, em que o Pico e as suas populações desempenham papel de destacada e reconhecida importância.

Com efeito, a acção de todos os Governos, bastante mais acentuada no decurso do terceiro da série, teve um impacto extraordinário no fomento da Pesca em geral e na dos tunídeos em particular.

Será por certo nos limites desta última que travaremos batalha decisiva pela posse do quinhão máximo do milhão de quilómetros quadrados da nossa Zona Económica Exclusiva, que deixará de ser o "mare nostrum" açórico a partir de 1996.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A evolução das safras no citado período é bem eloquente:

7.563 toneladas em 1985  
10.921 toneladas em 1986  
12.301 toneladas em 1987  
14.601 toneladas em 1988.

Para se atingir aquele objectivo com toda a eficácia desejável e possível a Ilha do Pico dará um contributo substancial, diríamos que determinante.

Temos que considerar neste ramo a Ilha do Pico como um caso à parte, credora por isso mesmo de tratamento preferencial na atribuição de meios para o seu incremento.

Quando não, auscultemos o quadro:

1. Em Santo Amaro funciona o estaleiro naval dos Açores por excelência para a construção e reparação de traineiras com casco de madeira;

2. Foi o Pico escolhido para assento da empresa que presta assistência na montagem e manutenção dos sistemas técnicos;

3. As empresas conserveiras e os armadores particulares possuem a maior capacidade de captura do Arquipélago;

4. O mesmo se diz quanto às unidades transformadoras sedeadas na Madalena e em S. Roque;

5. Uma delas, a "Cofaco", labora a principal fábrica do género no país e constitui a nível regional a unidade privada que assegura mais postos de trabalho;

6. Geograficamente o Pico situa-se em posição privilegiada em relação a muitas das zonas onde o peixe paira ou transita;

7. Os seus habitantes, ao longo dos séculos, têm demonstrado uma destemida vocação para o mar, quer estejam no Canal, nas travessias inter-ilhas, em New Bedford ou San Diego;

8. Por isso mesmo, a maioria dos tripulantes das embarcações registadas entre nós é oriunda da Ilha do Pico;

9. Como resultado lógico, no ano transacto descarregaram nos seus portos os divulgados 51% da pescaria global;

10. E também por força dessas razões o Pico dispõe da mais avultada rede de frio virada para o sector em apreço...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Isoladamente, são verdades por demais conhecidas e transparentes o que acabámos de referir, mas não será descabido lembrá-las, assim agrupadas em duas mãos cheias de argumentos que não esgotam por certo o tema, porque terão de estar presentes na hora das grandes decisões.

É que, todos os esforços do Governo através da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas em prol desta área prioritária, a confiança dos investidores que aí apostaram e comprometeram os seus capitais, a autêntica mutação que se vem processando na promoção sócio-económica dos múltiplos agregados familiares ao sector afectos, a enorme riqueza criada que representa uma das mais fecundas fontes de entrada de divisas, numa palavra, todo o progresso que se respira na Ilha do Pico com fortes raízes nos proventos das Pescas, apesar dos condicionalismos flagrantemente favoráveis que acima apontámos, correm os seus riscos.

E não vai ser necessário esperar por 1996, data apazada para a liberalização da ZEE açoriana, o nosso fundado receio está já af à porta e gera-se no seio da nossa própria casa.

Se, a par das magníficas e onerosas obras levadas a efeito no mar e em terra, do apetrechamento de toda a ordem, da remodelação das instalações fabris, reconversão e modernização da frota, não se reforçarem, com urgência, medidas atinentes a atrair mais braços, mais profissionais, mais especialistas para o Sector das Pescas, vai faltar gente.

Já falta, nalgumas posições.

As reservas tradicionais de recrutamento de pescadores estão a esgotar-se e a juventude actual, com outra preparação escolar e hábitos adquiridos, não se conformará com muitas das

condições impostas por força das circunstâncias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Todas as Ilhas têm as suas justas aspirações, mas no foro das Pescas que considerámos, em que o Pico mais se realiza e se distingue, nenhum atraso ou desvio de verbas poderá ocorrer até à consumação exaustiva do programa que lhe está consignado.

Sem esquecer intervenções de menor custo noutras pequenos portos, queremos mencionar algumas cuja realização se impõe a mais curto prazo:

- Ultimar neste Verão a rampa de varagem e contíguo parque de estacionamento e lançar o molhe oeste do porto da Madalena;

- Completar as estruturas anexas à zona de pescas de S. Roque e iniciar, com a brevidade possível, o complexo de frio do mesmo porto;

- Continuar o estudo para a construção de uma rampa de varagem para traineiras nas Ribeiras e possibilidade de ampliação do seu abrigo;

- Dotar o porto de Santo Amaro com os indispensáveis melhoramentos que lhe confirmam um grau de segurança muito mais aceitável nas manobras de arriagem e alagem das embarcações de maior porte;

Assegurar, a par das correntes acções de formação de reciclagem de pessoal, o ensino na nova Escola Secundária do Pico das valências de teor técnico-profissional voltadas para as Pescas.

O Pico e as suas gentes merecem-no e os Açores inteiros daí tirarão proveito.

Disse.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Muito bem!

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Muito bem!

(Aplausos do PSD e dos Deputados do PS eleitos pelo círculo do Pico)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu queria congratular-me com aquilo que o Sr. Deputado Tomaz Duarte disse aqui relativamente à Ilha do Pico.

Desde há muito que eu comungo precisamente estas aspirações, porque para comungar é preciso sentir e quem vive na Ilha do Pico sente de facto isso. E é bom que nesta Assembleia todos nós (e já anteontem pedia a solidariedade de

outros Deputados) sejamos solidários para com certos factos que são de facto importantes e essenciais para o arranque do progresso na nossa Ilha.

Não está aqui o Sr. Secretário Regional da Economia, mas está o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Eu pedi a palavra para levantar de novo a questão do Porto da Madalena.

O Porto da Madalena neste momento é essencial para a Região (eu não digo isto com orgulho, ou melhor, digo com orgulho mas não é "dizer por dizer"), não só na vertente de passageiros, mas também na vertente piscatória, e a conclusão das obras no Porto da Madalena tem de se fazer este ano.

Aquando da discussão do Plano e Orçamento o Sr. Secretário Regional da Economia prometeu nesta Sala, publicamente, que este ano a rampa de varagem do Porto da Madalena ficaria completa. Ele não está aqui para ratificar essa afirmação, mas eu queria de facto **dizer** que é fundamental que este ano a rampa do Porto da Madalena esteja completa e os trabalhos estão a processar-se de forma muito lenta. Eu não sou técnico, mas tenho algumas desconfianças de que tal aconteça.

Durante muitos anos (isto tem de ser dito para as pessoas nos entenderem) os picarotos fizeram **grandes sacrifícios** para andarem à pesca da albacora. Os primeiros que tiveram os seus barcos tinham de vará-los no Faial e todos imaginam que é difícil depois de uma safra de pesca: 7 meses no mar; ainda alguns têm de vir mais 2 e 3 meses para o Faial para reparar os barcos, pintá-los e reparar os motores - isto custa muito!

Acho que **está na hora** de nós vermos na rampa do Porto da Madalena a nossa frota - a frota que é nossa, que é da Região, mas para a qual nós temos uma certa predilecção, porque a ajudámos a criar (também ninguém nos pode tirar este bocadinho de orgulho!). Ela tem que ser varada lá porque os nossos pescadores hão-de ir aos seus barcos como vão às suas casas e hão-de repará-los na sua terra, junto da suas famílias, porque basta a ausência de 7 e 8 meses no mar.

**Este problema é fundamental**, porque há aqui uma componente moral, uma componente familiar, juntamente com uma componente técnica. Não há ninguém que não concorde com isto, mas era bom que os trabalhos tomassem de facto um certo alento, se acelerassem, porque eu não sei se é possível.

Já este ano os transtornos foram grandes, porque os Srs. imaginam que um barco não pode varar e estar na Horta, tem que ter gente dentro dele e essa gente está longe de casa e tem de ganhar dinheiro. As despesas são muitas; tudo são despesas!

Portanto, eu gostaria de deixar aqui este

alerta, porque é importante.

Já agora, uma coisa que me é muito querida, que mais não seja pela minha profissão, é a escola - é uma aspiração de muitos anos. Ela é essencial para a Ilha do Pico **também até na vertente piscatória**, porque se todos nós aprendermos a ser grandes pescadores, quem vai beneficiar, não é a Ilha do Pico, não é a Ilha do Faial, não é este Canal, é a nossa Região.

Portanto, oxalá que de facto se concretizem rapidamente as aspirações justas dum Povo!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem agora a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos todos profunda e empenhadamente envolvidos na aventura da construção daquilo que "grosso modo" se denomina autonomia político-administrativa da Região Autónoma dos Açores.

Nós na oposição e o PPD na cada vez mais incómoda postura de - situação.

Uma oposição que durante 13 anos tem sido exercida com mais ou menos imaginação, com mais ou menos capacidade de intervenção, com mais ou menos eficácia, mas sempre com abnegação, coerência e entrega total.

Não nos devemos esgotar nas pequenas questões imediatistas e deixar passar ao lado as grandes e importantes questões que urge debater e sobre elas formular dialecticamente as opções que poderão ser o "Leit Motiv" do desenvolvimento económico, político e cultural dos Açores.

Há 13 anos que a Região é governada pela mesma maioria, pelo mesmo homem, que se confunde com esta maioria, cada vez com menos ousadia, sempre sem imaginação e no presente arrastando-se penosamente em fase terminal de esgotamento de ideias, força e convicção.

Há cada vez mais a sensação que se desperdiçou treze preciosos anos em avanços e recuos, sem definição de polos de desenvolvimento, sem um ordenamento do território, com políticas definidas conjuntamente, quase sempre para servir clientelas e promover o apaziguamento dos muitos interesses em confronto no seio do Partido do Governo, assegurando assim a manutenção de votos.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Já ouvi isso em qualquer lado!

**O Orador:** Nós temos um discurso coerente! É sempre muito parecido!

**Deputado Francisco José Silva (PSD):** É "cassete"!

**O Orador:** Criou-se uma ilusão de progresso à custa do peso excessivo do sector público, da institucionalização do subsídio do estado onnipotente e omnipresente que acabou por se tornar castrador e inibidor da imaginação dos açorianos.

Na vertente económica, cada vez se constata com maior acuidade a falência de uma orientação saltitante, que de quatro em quatro anos anuncia inflexões em sentido diferente e até contraditório, sem qualquer tipo de planeamento, onde o sector primário é umas vezes incensado e outras deixado ao abandono e onde agora se descobriu o Turismo como a panaceia e pedra de toque para a salvação económica do arquipélago.

Programaticamente defende-se o liberalismo económico e a livre concorrência, mas na prática estatiza-se, controla-se e atrofia-se a economia regional.

Por um lado anuncia-se o desenvolvimento harmónico de toda a Região, mas por outro tomam-se medidas que a curto prazo desertificarão algumas ilhas.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Levou-se doze anos para decidir a localização de um porto, como aconteceu em relação ao das Flores.

Persiste-se no logro monumental para os marien- ses, que é a chamada Zona Franca de Santa Maria.

Compram-se aviões precipitadamente para a seguir anular essas decisões com todas as consequências financeiras daí advenientes.

Faz-se uma lei de orientação agrícola, mas depois não se consegue pô-la em execução.

Trata-se das pescas de forma inconsequente e aligeirada como comprova a telenovela escatológica que envolve a decisão relacionada com o porto de pesca de São Miguel.

Retira-se poderes e verbas às autarquias locais, cerceando-se mais ainda a comprovada capacidade interventora e a iniciativa do poder local, num afã de tudo e todos controlar e condicionar.

Gastam-se 100 milhões de contos em sucessivos erros e investimentos de duvidoso alcance e anuncia-se em Campanha Eleitoral este montante como argumento decisivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No aspecto político os sucessivos governos do PPD cometeram erros e incoerências que custaram e custarão bastante caro ao Povo dos Açores.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Estão custando!

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** O PPD/A!

**O Orador:** PPD/PSD, se isto vos provoca muito engulho!

Fomentou-se a guerrilha com os Governos e Instituições da República, com provocações escusadas e cuja única consequência foi o descrédito do Governo Regional em particular e dos Açores de um modo geral. Hoje o Governo de Mota Amaral está para o Governo de Cavaco Silva como a PSP está para a Polícia de Choque.

(Risos do PS)

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Promove-se campanhas contra o Ministro da República para a seguir o bajular publicamente.

Afrontou-se deliberadamente o Presidente da República, com atitudes ridículas onde se incluíram óculos escuros e gravatas pretas, para depois apoiar presidências abertas e tentar fazer o aproveitamento político da próxima visita presidencial.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Tenta-se diminuir e subalternizar a Assembleia Regional dos Açores, com a conivência da bancada da maioria, com o objectivo de transformar esta Assembleia num órgão subserviente e acomodado que somente sirva para dar cobertura democrática a um Governo autocrático.

Com esta atitude de sindicalista mal comportado...

(Risos do PS)

**Deputado António Gaspar Silva (PSD):** Mal nutrido!

**O Orador:** ...o PPD dos Açores conseguiu o isolamento político, a falta de respeitabilidade, o descrédito, e a unanimidade no gozo nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E, como se isto tudo não bastasse, não se soube nem se quis alterar os horizontes culturais do povo dos Açores.

A unidade continua a ser um mito. As ilhas continuam de costas voltadas umas para as outras, e é mais frequente um açoriano conhecer Lisboa, Nova Iorque ou Toronto do que as ilhas do arquipélago onde vive.

A revolução de mentalidades continua por se fazer.

Em termos de Educação, o insucesso escolar mantém-se em níveis preocupantes, a escolaridade obrigatória continua a não abranger uma significativa faixa da nossa juventude e o nível cultural dos açorianos é extremamente baixo em comparação com a Europa onde nos queremos inserir.

É já um lugar comum dizer-se que o futuro está nos jovens, mas nos Açores este chavão tem uma acuidade muito particular, visto a população activa destas ilhas estar a envelhecer de ano para ano, os índices demográficos serem cada vez mais baixos e não terem sido criadas as condições sociais e económicas que desmotivem e emigração.

Apoia-se e fomenta-se actividades culturais elitistas, mas limita-se e oprime-se, por vezes por omissão, mas com frequência activamente, a inovação, a diferença e a irreverência.

Os açorianos estão a transformar-se num povo triste, com medo, destituído de sentido de humor,

introvertido e com ambições a que falta o golpe de asa que distingue os povos oprimidos dos povos livres.

Governados por uma maioria absoluta, composta de "cinzentões" cuidadosamente engravatados, este povo anseia cada vez mais, e as últimas eleições demonstraram-no, pela mudança que estimule a imaginação, que permita o sonho, que devolva os Açores aos açorianos.

Disse.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que o discurso do Sr. Deputado do Partido Socialista é um discurso de oposição e (pronto!) por aí ficamos por agora. De qualquer das maneiras, foram aqui referidas duas questões que me tocam directamente e que julgo importante esclarecer.

O Sr. Deputado levantou aqui a questão da não aplicação da LOA. A LOA é uma lei corajosa...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É uma "letra"!

**O Orador:** Já agora, deixe-me acabar!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Já agora, posso ajudar!

**O Orador:** A LOA é uma lei corajosa, extremamente avançada politicamente e até invulgar neste país, que o Partido Social Democrata teve a coragem de defender até ao fim.

Na altura em que ela foi aprovada eu tive o cuidado de dizer que isto não era um processo de conjuntura, era um processo de longo prazo, porque todas as transformações estruturais na agricultura levam muitas vezes (e há exemplos por este mundo fora) dezenas de anos.

A LOA não é só emparcelamento: a LOA é muita coisa e, desde que ela foi publicada até hoje, uma coisa que não havia na Região, que era a carta de capacidade de uso e a carta de solos, está praticamente pronta.

A legislação complementar que foi publicada influencia as decisões de política agrícola e as pessoas que têm que tomar decisões sobre esta matéria.

Na sua ilha, em S. Miguel, foi iniciada a primeira operação de emparcelamento integral da Região pela aquisição, pelo Governo Regional, de um terreno a um privado que tem 100 rendeiros lá dentro.

Devo-lhe dizer que, por exemplo, Salazar, que tinha o poder absoluto, desistiu de fazer emparcelamento no país...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não invoque o patrono agora!

**O Orador:** Isto não é uma questão para brincar, Sr. Deputado! Isto é uma questão muito séria e eu, normalmente, não brinco com coisas sérias!

...e que, neste momento, a Alemanha, a França e a Espanha têm grandes hesitações nessa matéria devido à sua complexidade, até porque a nossa proposta de emparcelamento é uma proposta que vai ao encontro da forma voluntária de o encarar.

Aliás, eu tenho dito claramente (julgo que até todas as vezes que aqui nos temos reunido), sem grandes parangonas nessa matéria, que este fenómeno é complexo.

Gostaria de vos ver fazê-lo mais depressa! Não me parece que isso seja possível! Pelo menos a minha proposta nesta matéria pretende ser honesta.

Quanto à questão das pescas:

- Vir aqui condenar as pescas pelo facto de até hoje não se ter tomado uma decisão definitiva em relação ao porto de pescas de S. Miguel, Sr. Deputado, acho isso um pouco exagerado!

A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas fez uma proposta. Essa proposta assentava em pressupostos que eu considero correctos. Foram as "forças" de S. Miguel (já não estou a falar das "Forças" do meu partido) que se levantaram contra ela e que exigiram que as soluções fossem diferentes. A solução diferente está a ser estudada, mas não é por aí que se deve condenar uma política de pescas, Sr. Deputado!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

**Deputado Albano Pimentel (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que eu entendo a intervenção do Sr. Secretário como uma tentativa de explicar algumas coisas no sector que dirige.

Nós estamos de acordo que a Lei de Orientação Agrícola é positiva, mas o que se critica é de facto a morosidade na implementação da mesma.

Julgo que o Partido Socialista na altura votou favoravelmente essa lei.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Teve pena, mas não votou!...

**O Orador:** Votou aquilo que era de votar favoravelmente, obviamente!

Em relação ao porto de pescas de S. Miguel, eu cito o porto de pescas de S. Miguel como um exemplo paradigmático de que há alguma incapacidade, por vezes, de tomar decisões.

Eu não quero discutir a localização do porto de pescas de S. Miguel, porque não estou habilitado tecnicamente - e tenho a modéstia suficiente para admitir isso - para ter uma opinião sobre o porto de pescas de S. Miguel. O que sei é que são as câmaras municipais, os presidentes das câmaras do PSD e as forças do PSD (que no

fundo é que conseguem influenciar estas coisas!) que não se entendem e que protelam e têm posições contraditórias em relação ao porto de pescas!

Obviamente que há muitas outras coisas que seriam criticáveis e algumas de apoiar. Este foi um mero exemplo de uma situação que acho que de facto está-se a tornar insustentável.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Peço a palavra para protestar - é a figura que posso utilizar.

Queria protestar contra a maneira como o Sr. Deputado Albano Pimentel se referiu, por diversas vezes, à bancada do Partido Social Democrata.

Gostaria de lhe dizer que esta bancada é constituída por pessoas das mais diversas origens, com as mais diversas formações, gente séria e gente livre e pautamos a nossa actuação política por aquilo que pensamos ser as soluções mais correctas para a construção e o desenvolvimento da nossa terra e para o bem estar das nossas populações.

É evidente que a intervenção do Sr. Deputado Albano Pimentel, a avaliar pelo riso que provocou na bancada do seu partido e dalgumas pessoas presentes nesta Sala, talvez tenha, para os menos avisados e para quem não é capaz de distinguir entre a piada soez e o humor fino e inteligente, logrado atingir os objectivos que pretendia, tentando de alguma forma ridicularizar, por um lado, a bancada do Partido Social Democrata e, por outro lado, o Governo que esta bancada apoia.

Não tememos esse tipo de actuação; já estamos habituados a ela e, curiosamente, é um tipo de trabalho que por vezes surge nesta Casa.

Posso garantir ao Sr. Deputado Albano Pimentel que vamos continuar com a postura e com a serenidade que temos, cientes daquilo que somos e daquilo que podemos, sem qualquer arrogância dentro desta Casa.

Não pretendemos, para brilharmos, apoucar ninguém.

Temos defeitos, mas também temos algumas virtudes. Que nos reconhecessem os defeitos, mas também que nos assinalassem as virtudes!

É só, Sr. Presidente.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre esta matéria, suponho que chegámos ao fim...

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para requerer à Mesa, nos termos do nº 2

do artigo 81º do Regimento, a prorrogação, por mais uma hora ou pelo tempo que as intervenções reclamarem para isso, do período destinado a intervenções sobre assuntos de interesse político relevante para a Região.

**Presidente:** Assim sendo, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O comportamento do Estado Português no que concerne à construção, manutenção e restauro de edifícios onde funcionam os serviços dependentes dos Ministérios da Justiça e das Finanças, tem sido efectivamente de algum desprezo e abandono.

Em qualquer das ilhas da Região Autónoma dos Açores onde existem estes serviços, a degradação e consequente inoperacionalidade é evidente.

A insatisfação dos utentes, dos funcionários e de outros agentes, é notória.

A falta de eficácia e de celeridade dos serviços é clara e publicamente reconhecida.

Os exemplos são vários. Por isso um grupo de deputados do PSD achou por bem officiar a todas as Câmaras Municipais da Região, para que estas os informassem sobre a situação de facto dos serviços dependentes daqueles Ministérios.

A conclusão a que se chega é francamente preocupante quicá provocatória.

As situações detectadas são significativas e não podem ser imputadas, de modo algum, ao Governo Regional nem à Assembleia Regional.

Qualquer destas Instituições por diversas vezes chamou à atenção a quem de direito e denunciou tais situações.

Porém, e numa postura própria de autistas, os responsáveis por esses serviços fazem ouvidos de mercador, continuando a não acolher as pretensões de quantos se têm manifestado descontentes com a situação presente.

Para ilustrar o que acabo de denunciar, passo a ler algumas propostas dos Srs. Presidentes de Câmara da Região Autónoma dos Açores acerca dos serviços aludidos e em que se denotam reacções que nos autorizam a repudiar as omissões que a apregoada solidariedade nacional não rotula de positivas:

#### **Câmara Municipal de Vila do Porto**

- Tanto o Ministério da Justiça como o das Finanças têm necessidade urgente de instalações próprias, uma vez que as que possuem não tem o mínimo de qualidade.

#### **Câmara Municipal das Lajes do Pico**

- Os serviços dos Ministérios de Finanças e da Justiça, funcionam em instalações precárias, não funcionais e em edifício antigo.

#### **Câmara Municipal da Praia da Vitória**

- A Repartição de Finanças está a funcionar

a título precário, em edifício cedido pelos CTT e a Tesouraria da Fazenda Pública está instalada numa garagem a expensas da Câmara.

Quanto aos serviços dependentes do Ministério da Justiça, o Tribunal funciona num edifício em mau estado de conservação.

#### **Câmara Municipal da Lagoa**

- Os Serviços dos Ministérios das Finanças (Repartição de Finanças e Tesouraria) e da Justiça (Conservatórios dos Registo Civil e Predial e Secretaria Notarial) funcionam todos numa casa, pertença de um particular.

Devido às rendas ridiculamente baixas pagas pelo Ministério da Justiça, o proprietário não faz obras de conservação, estando esta bastante degradada. A renda dos Conservatórios é paga pela Câmara.

#### **Câmara Municipal da Calheta (S. Jorge)**

- Desde 1982 a Câmara mantém troca de officios acerca das diversas instalações dos Serviços Periféricos não tendo até hoje havido qualquer solução. (Em meu poder tenho um longo dossier sobre o assunto).

#### **Câmara Municipal de Angra do Heroísmo**

- Os serviços das Finanças funcionam, presentemente, em más condições de atendimento ao público, em duas casas particulares de rés-do-chão, 1º andar e sótão, possuindo no entanto o Ministério das Finanças, há anos, terreno reservado para a construção do edifício.

#### **Câmara Municipal da Ribeira Grande**

- A Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública funcionam em edifício anexo à Igreja do Espírito Santo, o qual, além de velho, não reúne as condições indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços.

- Os Serviços do Ministério da Justiça funcionam em edifício da Câmara, não reunindo condições nenhuma.

- As casas dos Magistrados são propriedade da Câmara, e por serem antigas não reúnem condições de comodidade e dignidade.

#### **Câmara Municipal da Horta**

- Os Serviços do Ministério das Finanças estão pessimamente instalados em edifício da Região, prejudicando não só utentes e os próprios funcionários que não possuem condições mínimas para o desempenho das respectivas funções, mas sobretudo bloqueiam, há longos anos, a adequada instalação do Museu da Horta, porque ocupa uma parcela do referido imóvel.

#### **Câmara Municipal de Nordeste.**

- Os Serviços Públicos deste concelho não estão instalados em edifício próprio, as condições de trabalho são mínimas, o espaço exíguo, pouco ou nada funcionais e sem segurança, como é o caso da Repartição de Finanças e Tesouraria. Em Janeiro de 1982 e em resultado das diligências encetadas, o Ministério da Justiça informa que

aceita a sugestão de em colaboração com a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos construir edifício de raiz polivalente sendo a despesa distribuída na proporção da área que for atribuída a cada Ministério.

Depois da autorização das respectivas Direcções-Gerais esta Câmara oficiou à Secretaria Regional do Equipamento Social para que se indicasse a localização do empreendimento.

Posteriormente o terreno foi definido e, como tudo indicava, o processo mereceu aprovação para o seu arranque.

Em officio do Ministério da Justiça foi esta Câmara informada que o terreno fora aprovado pelo Ministério da Justiça.

Por incrível que pareça a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos oficia informando que julga não ser oportuno a construção de um edifício polivalente.

#### **Câmara Municipal de Vila Franca**

- **Casa dos Magistrados** - é um processo que remota desde os anos 60. Diligências foram feitas durante duas décadas por esta Câmara Municipal para desbloqueamento da situação. Para além do impasse, as críticas de alguns munícipes têm-se feito sentir, uma vez que verificam o progresso evidente nesta Vila em diversos domínios.

É um "borrão negro" na principal artéria do Concelho, o qual ameaça ruir e à mercê de acumulação de lixo que motiva um sentimento de revolta, para além das consequências nefastas para a saúde pública, cuja situação foi já denunciada por vizinhos e objecto de vistoria sanitária e técnica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O centralismo não se coaduna com o espírito do 25 de Abril.

Recentemente celebrou-se mais um aniversário desse dia inesquecível e na próxima segunda feira, dia 15 de Maio, celebrar-se-á mais um aniversário do dia da Autonomia Democrática dos Açores.

Se o primeiro nos é caro por nos ter trazido a liberdade, o segundo complementa-o, uma vez que consubstancia o regime que os Açorianos livremente escolheram para viver numa Região que durante séculos foi esquecida e humilhada pelo centralismo de então.

**Voices do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** A Autonomia Democrática é um projecto nacional, consensualmente aceite pelos portugueses e reconhecida como uma conquista da democracia.

O Estado exerce-se na Região através dos órgãos próprios do Governo, mas isso não inibe o Governo da República de assumir as suas responsabilidades para com a Região.

**Voices do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para pedir um esclarecimento breve ao Sr. Deputado interveniente e também para pedir a sua opinião sobre uma sugestão.

O "esclarecimento breve" é o seguinte:

- Eu não me apercebi exactamente na sua intervenção se os Deputados a que se referiu e que tiveram a iniciativa do levantamento dessas situações - que julgo perfeitamente meritória e que denuncia um quadro que, de uma maneira geral, todos nós conhecemos, por exemplos esparsos - foram os Deputados Regionais do PSD ou os Deputados do PSD à Assembleia da República.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Foram os Deputados Regionais do PSD!

**O Orador:** Então, nessa sequência, eu proporia o seguinte:

- A actividade desses Deputados Regionais teve essa expressão nesta Assembleia, denunciando a situação. Julgo que é um aspecto de aceitar e de elogiar, mas pediria a opinião do Sr. Deputado interveniente para a seguinte sugestão:

- Como efectivamente os Deputados que directamente podem exercer influência na solução destes assuntos pendentes em relação aos órgãos periféricos do Estado com exercício na Região são os Deputados da Assembleia da República, eu proporia que se tentassem, a esse nível, duas vias de solução para esses problemas: por um lado, uma coisa que o PS não pode oferecer, que é a influência directa, partidária, desses Deputados junto do Governo da República, ao qual partidariamente estão associados; por outro lado, seria tentar que este movimento não ficasse apenas no aspecto partidário - do qual é de esperar alguma eficácia, embora haja exemplos que nos permitam duvidar dessa eficácia - e se alargasse isso a todos os Deputados da Região (portanto, envolvendo também o representante do PS), numa acção institucional na Assembleia da República, para tentar resolver essas situações, nomeadamente na altura em que é aprovado o Orçamento do Estado.

Eu suponho que, a nível da Assembleia da República, esta cooperação ou essa harmonia e esse entendimento, que não foi possível para levar até à Assembleia da República as propostas da Região sobre o Estatuto, talvez nesse domínio de actuação concreta fosse possível.

Era para essa sugestão e para saber a sua opinião a esse respeito que eu queria chamar a atenção do Sr. Deputado e ouvir, se ele assim o entender, alguma ideia a esse respeito.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado

José Carlos Simas, se quiser esclarecer.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chego à conclusão que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa não me fez absolutamente nenhuma pergunta.

Eu penso que a cooperação está feita!

Alguns dos Deputados do PSD eleitos pelo Povo dos Açores fizeram um requerimento a todas as Câmaras da Região Autónoma dos Açores. Tenho aqui toda a documentação oficial respondida pelos Srs. presidentes de câmara - faz parte do dossier "Serviços Periféricos da Região Autónoma dos Açores" - que lhe posso facultar quando quiser.

Portanto, o espírito de cooperação existe. Não vejo onde é que está a sua pergunta!

**Deputado António Silveira (PSD):** É o sistema!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu esclareço uma vez mais:

- Era se exactamente aceitava ou não ou se achava oportuna (era apenas para ouvir a sua opinião a esse respeito) a sugestão de enviar esse dossier (que me diz ter completo) aos Deputados da Assembleia da República para tentarem lá a actuação possível para resolver esses problemas.

A pergunta era apenas esta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os nossos Deputados à Assembleia da República têm conhecimento já do dossier das diversas câmaras da Região, Sr. Deputado.

Para além disso, o dossier está nos serviços da Assembleia Regional, ao dispor dos Deputados do Partido Socialista, se acaso for necessário.

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, suponho que este assunto está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Devido às suas características específicas e aptidões próprias, os Açores são por natureza uma região agrícola, sendo a agricultura ao longo dos séculos a base do sustento de muitos milhares de Açorianos.

Sempre caracterizado por grandes dificuldades foi o sector ao longo dos anos passando por grandes transformações. Embora desde sempre habituados a contar apenas consigo próprios os agricultores sempre pautaram a sua actuação

com o objectivo de melhorarem as condições de vida.

Embora passando por fases diversas a terra sempre desempenhou na Região uma função social, quer como meio de subsistência, quer também como património fixo.

Estes factos devem-se sobretudo à falta de indústrias nas ilhas, que poderiam funcionar quer como forma de emprego, quer como investimento das poupanças dos Açorianos.

A aspiração por melhores condições de vida faz parte das nossas tradições—basta ver o êxodo de muitos Açorianos em direcção às Américas ou então o fluxo migratório em direcção aos centros urbanos.

Vivemos numa sociedade em mutação e os agricultores de hoje já não são os mesmos de há vinte anos atrás e acompanham com algum interesse as medidas que são tomadas pelos nossos governantes, quer nacionais, quer regionais, em relação ao sector.

Estranham porém que algumas dessas medidas que poderiam ajudar a obviar a situação da agricultura regional, não cheguem a ser aplicadas na Região, enquanto que os efeitos nefastos de outras se fazem sentir rapidamente, como por exemplo a célebre Portaria 733-C/86 de 26 de Dezembro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Vou procurar trazer hoje a esta Assembleia uma questão pertinente que preocupa muitos dos nossos agricultores e que se relaciona com o emparcelamento e seus apoios.

Assim, ao ser definida pelo Conselho Regional da Agricultura a área de 15 ha como limite máximo para a obtenção de apoios por exploração, esta decisão era no sentido de concentrar os 15 ha em áreas próprias.

Tal não tem vindo a acontecer e assim quando os agricultores procuram elaborar os seus projectos através do Regulamento CEE 797/85 para beneficiar dos respectivos apoios, são também tidos em consideração os terrenos que estes trazem de arrendamento, o que para nós está incorrecto.

A área de 15 ha deverá ser considerada, isso sim, como um limite a atingir em áreas próprias e nunca deverão ser tidos em consideração os terrenos de arrendamento, porque quanto a nós tal situação gera injustiças.

Ainda sobre este tema, estranho que algumas medidas do Governo da República de apoios aos arrendatários rurais, como as Resoluções nº 159/80 e 215/80 e o Decreto-Lei nº 216/88 de 25 de Junho, não tenham sido aplicadas à Região.

A Resolução nº 159/80 refere e passo a citar:

1º É criado o Programa de financiamento a

Arrendatários Rurais, PAR, que tem por objectivo proporcionar a possibilidade de aquisição dos prédios rústicos que estão sob sua directa exploração, através de um sistema de apoios técnicos e financeiros.

2º Dentro de uma óptica de estruturação fundiária, o programa comportará ainda os seguintes objectivos:

a) Financiamento ao pagamento de tornas a herdeiros directos, como medida de preservação da unidade agrícola familiar;

b) Financiamento de acções de emparcelamento.

Por sua vez a Resolução nº 245/80 diz o seguinte e cito de novo:

1. Requisitos que o rendeiro deverá satisfazer para a reformulação do pedido de financiamento:

1.1 Ser locatário do prédio ou prédios rústicos abrangidos pelo pedido de financiamento, para fins de exploração agrícola, pecuária ou florestal, em condições de regular utilização;

1.2 Constituir a exploração de prédios rústicos exclusiva ou predominante actividade do rendeiro e ser a mesma a sua principal fonte de rendimento;

O Decreto-Lei nº 216/88 de 25 de Junho nos seus artigos 4º, 5º e 6º diz textualmente:

1º O Governo fixará anualmente, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, o montante global para o financiamento do crédito P.A.R.

2º Para execução do Programa, o IFADAP receberá, através da Direcção-Geral do Tesouro, o proporcional ao montante global fixado nos termos do número anterior.

3º O IFADAP deve apresentar à Direcção Geral do Tesouro, no início de cada trimestre, uma relação discriminada das verbas aplicadas e importâncias recebidas no trimestre anterior.

Artigo 5º - Pelos serviços prestados no âmbito deste Programa receberá o IFADAP, trimestralmente, uma comissão determinada em função do montante global dos fundos mutuados em dívida, a fixar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Artigo 6º - Mantém-se em vigor toda a regulamentação existente relativa ao Programa PAR no que não contraria as disposições do presente diploma.

A aplicação à Região deste Programa foi defendida com veemência no primeiro Congresso Regional da Agricultura, realizado em Outubro de 1987 na Ilha de S. Miguel.

O facto dos agricultores rendeiros predominarem numa forma acentuada em algumas ilhas, a aplicação à Região destes diplomas viria contribuir numa forma decisiva para que muitos dos actuais rendeiros passassem a ser os proprietários dos terrenos que exploram.

Aqui deixamos o alvitre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre tenho pactuado a minha actuação, quer dentro quer fora desta Assembleia, por uma posição de verticalidade, ultrapassando as pequenas questões ou barreiras ideológicas que nos separam. Os problemas do sector agrícola regional são para mim demasiado sérios para que me possa dissociar deles, até porque os conheço de perto e os acompanho no dia a dia, contrariamente a alguns que com ligeireza renegam as suas origens.

Será na defesa desses interesses que continuarei a pautar a minha actuação e fá-lo-ei tranquilamente porque a defesa da "dama" delicada que é o Governo Regional é algo que não me preocupa.

É natural que a forma clara e persistente como tenho trazido a esta Assembleia os problemas do sector agrícola regional preocupe alguns deputados que durante muito tempo se tinham porser os únicos defensores do sector agrícola e que durante muito tempo fizeram alimentar em vão esperanças aos agricultores.

É natural que hoje esses Senhores Deputados enfrentem o descontentamento dos agricultores, porque estes depressa se aperceberam que os interesses defendidos eram bem outros e não lhes diziam respeito.

Disse. Muito obrigado.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação a algumas das questões levantadas pelo Sr. Deputado, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos (aliás, sobre estes assuntos, devo dizer, com a máxima franqueza e honestidade, que tenho falado longamente e várias vezes com o Sr. Deputado José Gabriel e nunca o Sr. Deputado bateu à porta da Secretaria que a porta não se abraisse para discutirmos estes problemas!);

Uma das questões levantadas pelo Sr. Deputado é o problema dos 15 ha.

Quando esse normativo foi aprovado pelo Conselho Regional de Agricultura, onde o Sr. Deputado estava também presente, a razão pela qual se caminhou para 15 ha foi a seguinte:

- A média de exploração nos Açores anda à volta de 5 ha (portanto é uma média baixa) e o que se pretendeu com este normativo foi privilegiar um crescimento até aos 15 ha, considerado como uma média razoável para uma exploração do tipo familiar.

Portanto, não se procurou privilegiar, de forma alguma, crescimentos acima dessa média, mas sim os crescimentos que fossem ao encontro

da pequena dimensão da exploração.

Privilegiar crescimentos acima dessa média seria favorecer um agricultor que já de si é grande, que já de si tem uma exploração muito acima daquilo que é razoável em termos regionais.

Fugiu-se portanto de englobar toda a gente no mesmo "pacote", mas para já seria uma faixa que nós considerávamos o mínimo indispensável para fazer crescer.

Aliás, os estudos mais recentes, que decorrem da aplicação da LOA, têm demonstrado que, em muitos casos, não é o emparcelamento a questão chave da agricultura açoriana: é a questão do redimensionamento da exploração. Os últimos dados sobre esta matéria são até bastante surpreendentes.

Quanto à compra de terra pelos rendeiros, eu, pessoalmente, já aqui nesta Câmara justifiquei a razão pela qual eu próprio não considerava politicamente oportuno aplicar essa legislação nos Açores (não é só aplicar, é fazer uma legislação regional, porque depois a responsabilidade financeira é da Região - essa é a razão fundamental pela qual alguns dos diplomas nacionais não se aplicam cá).

E por que é que eu não considerei e continuo a ter algumas dúvidas sobre essa matéria?

É que, numa Região onde o preço da terra sobe em flecha, de tal forma que hoje o preço da terra não pode ser sequer considerado minimamente encaixado num projecto de desenvolvimento, o que se paga pela terra não tem linearmente nada a ver com o rendimento dela e é, na maioria dos casos, fruto da pura especulação que anda à volta do detentor da vaca, seja ele reneiro ou proprietário. É o detentor da vaca que faz com que o preço da terra seja de facto especulativo. Eu não conheço nenhum outro sítio onde isso seja tão evidente!

Daí que, financiar linhas de crédito para facilitar a compra de terras por rendeiros, teria, quanto a mim, objectivamente, um reflexo nefasto: tenderia inflacionar cada vez mais o preço da terra.

Aliás, é interessante um fenómeno, também discutido no Conselho Regional da Agricultura, que eu julgava que iria ter um reflexo e acabou por ter o reflexo precisamente contrário:

- Aquando da aprovação nesta Assembleia da Lei de Arrendamento Rural (isso foi até discutido no Conselho Regional da Agricultura), independentemente agora de qualquer juízo de valor acerca do fenómeno, que é a alteração da Lei de Arrendamento Rural, esperava-se que ela tivesse influência na transação da terra, ou seja, que fizesse baixar sobretudo nas duas ilhas onde isto tem mais reflexos, ou seja, Terceira e São Miguel. Houve uma altura que me pareceu que isso fosse acontecer. Neste momento está a acontecer precisa-

mente o contrário. Nem sequer a alteração da Lei de Arrendamento Rural deu origem a este fenómeno tão desejado por todos nós, que é fazer baixar o preço da terra.

De qualquer das maneiras, eu anunciei no início deste mandato um "pacote agrícola" do qual faz parte a compra de terras por rendeiros; conto trazer a esta Assembleia, ainda este ano, o diploma que efectivamente vai determinar isso.

Mas, cuidado, temo que indo ao encontro de facilitar ao rendeiro a aquisição da sua terra, possamos estar claramente a influenciar novamente a inflação desse preço, que é altamente especulativo na Região (e o Sr. Deputado sabe isso tão bem como eu) porque anda à volta da vaca: não é a terra que se vende, é a vaca que vai atrás dela e vice-versa e isto é que é de facto o fenómeno mais grave da nossa produção pecuária.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

**Deputado Manuel Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há dois ou três dias atrás fiz uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, que foi simultaneamente um protesto sobre determinadas atitudes que eu considere incorrectas.

Percebe-se hoje, após a intervenção do Sr. Deputado Lopes, a quem é que eram dirigidos esses protestos.

O Sr. Deputado Lopes, hoje, faz uma saída subtil. Aliás, eu já tinha dito que essas atitudes até eram tomadas de uma forma subtil e a subtilidade é uma coisa que até é útil desde que seja bem empregue! Como dizia, o Sr. Deputado Lopes hoje faz uma saída assim, no final da sua intervenção, não contestando absolutamente nada daquilo que eu tinha afirmado, mas dando-me oportunidade de explicar que essas acusações eram feitas a ele.

É natural que, tentando fugir desta forma, as coisas passassem em claro, mas eu não poderia deixar fugir a oportunidade.

Gostaria de referir, quanto à sua intervenção, que agradeço o elogio que me fez ao dizer que eu seria talvez o único defensor do sector e não fico nada amuado que agora hajam mais defensores do sector. Portanto, agora somos mais - a diferença reside só aí!

Agora, estranho que o Sr. Deputado não tenha feito o seu protesto, ou contraprotesto. De facto, não o fez! Não o fez naquele dia quando teve tempo para o fazer, nem o fez agora, senão a fugir à questão de uma maneira mais ou menos subtil!

Registo também que essa atitude não foi tomada porque o Sr. Deputado não estava com a consciência muito limpa e porque precisou de tempo para, juntamente com os seus correlegionários, estudar uma saída airosa para o problema!

Devo dizer, Sr. Deputado, que não costumo

fazer afirmações sem mais nem menos e que, se aquilo que aconteceu não tivesse acontecido, se as pessoas que me disseram aquilo não me tivessem dado o aval para eu dizer aquilo que disse, não teria feito afirmações de forma vaga e de forma vã!

A minha intervenção foi feita no sentido de protestar, portanto tenho que protestar agora apenas pela maneira subtil como o Sr. Deputado fugiu à questão.

Julgo que não é uma questão de se levantar aqui um grande problema na Assembleia Regional, mas, essas questões de meias palavras, meias verdades e outras coisas do género, julgo que ninguém ganha nada com isso e que ganharíamos todos em tomar a atitude que o Sr. Deputado diz que deve ser tomada!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Gabriel:

Eu entendo que as questões agrícolas são sempre importantes de se tratar nesta Casa.

Os agricultores merecem o nosso maior respeito; são uma força importante nesta Região.

Concordaria consigo quando, no início da sua intervenção, diz que os agricultores de hoje já não são os agricultores de alguns anos atrás - e não são! Felizmente já se deram passos significativos para a melhoria da sua vida.

É evidente que o Sr. Deputado também me perdoará que eu lhe diga (e desculpe a graça) que o Sr. Deputado não é o "Pai Herói" da agricultura!

Nós não renegamos as nossas origens: o meu pai foi agricultor, bem como os pais de muitos outros Srs. Deputados e nós também temos aqui agricultores, portanto não é essa a questão.

Perdoar-me-á esta graça, mas, desde a primeira hora da Assembleia Regional (e eu lembro-me que o grande defensor dessa bancada no sector agrícola era o Sr. Deputado Dionísio de Sousa), houve sempre gente que pensou e defendeu a agricultura açoriana - não é só nesta legislatura!

Reconheço o seu trabalho como agricultor, como homem que, sendo presidente da associação da lavoura duma ilha, tem também algum interesse de aqui trazer esses problemas.

Estamos de acordo que é preciso continuar a melhorar a agricultura, mas também temos que reconhecer que outros que já passaram nesta Sala também se interessaram por isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria prestar apenas alguns esclarecimentos.

Em relação àquilo que foi afirmado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, em reconhecimento pessoalmente (e nunca disse o contrário) que sempre fui bem recebido e bem atendido pelo Sr. Secretário Regional e congratulo-me com isso. Portanto, quanto a essa parte, não há qualquer problema.

Em relação ao Sr. Deputado Valadão, eu de facto apercebi-me e não tinha qualquer necessidade de me precisar resguardar e de precisar arranjar tempo para lhe responder. Não protestei e não lhe respondi porque acho que conversas de tasca não devem ser trazidas a esta Assembleia e não merecem resposta!

**Deputado Duarte Pires (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em relação ao Sr. Deputado Silveira, eu queria apenas dizer-lhe que nunca disse que não houve defensores da agricultura nesta Assembleia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

**Deputado Manuel Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já ontem tinha ouvido, no corredor, esta história das "conversas de tasca" o que talvez prova aquilo que eu disse há pouco.

Não quero falar mais neste assunto, porque acho que isto não vale a pena, mas não posso deixar de dizer que a minha intervenção não foi uma "conversa de tasca": foi a reposição de certas coisas que devem ser feitas, no sentido de que o comportamento político das pessoas tem que ser o mais correcto e o mais leal, independentemente das divergências político-partidárias que as pessoas tenham!

Portanto, devolvo a "conversa de tasca"!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Lopes.

**Deputado José Gabriel Lopes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu julgava que o Sr. Deputado Valadão, com a experiência que tem desta Assembleia, era capaz de ter já a força e a personalidade suficientes para passar por cima de certas palavras que às vezes as pessoas deturpam com o sentido de alcançarem outros objectivos!

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Valadão.

**Deputado Manuel Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É a última vez que eu vou falar neste assunto, já que o Sr. Deputado falou na experiência que eu tenho desta Assembleia, só para dizer que é a primeira vez, Sr. Deputado, que eu tenho um tipo de discussão destas nesta Assembleia e há colegas da sua bancada que o podem comprovar!

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, eu suponho que este assunto está esclarecido (é um problema de palavras) de forma que vamos voltar à nossa ordem de inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Peço ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD o favor indicar um "Secretário" para substituir o Sr. Deputado Jorge Cabral.

(Neste momento o Sr. Deputado David Santos substitui o Sr. Deputado Jorge Cabral nas funções de Secretário da Mesa)

**Deputado Jorge Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A defesa intransigente das reais necessidades do povo dos Açores deve ser uma das nossas constantes prioridades.

Uma Região não se constrói com medidas pontuais elaboradas com as melhores das intenções mas que se ficam por aí, sem a concretização adequada e atempada, por forma a que dê frutos, resolva problemas, dignifique as instituições democráticas.

De nada valem equacionarem-se situações anacrónicas, desequilíbrios sociais, bolsas de pobreza, disfuncionamentos estruturais na sociedade insular, se as deixarmos adormecer em bem elaborados dossiers empilhados nas estantes dos gabinetes.

Será tempo perdido encontrarem-se soluções; dispor-se de verbas; calendarizarem-se acções, mas mantendo tudo isso no imobilismo burocrático, sem que seja possível a sua concretização prática, por forma a que corresponda, eficazmente, à expectativa que se criou à volta de um problema. De uma situação injusta. De uma situação que vitima concidadãos nossos que não agarraram a ânsia de progresso que se nota ao redor das nossas ilhas.

A filosofia humanista do Partido Social Democrata, com a qual plenamente me identifico e procuro, dentro das minhas fracas possibilidades, pôr em prática e estendê-la a outras gentes, tem sido a resposta mais eficaz à resolução dos problemas que herdamos de 500 anos de isolamento e de exploração.

Um dia que se faça a história dos Açores, sem dúvida que o Partido Social Democrata ocupará lugar de alto relevo pela forma como assumiu e concretizou uma velha aspiração do povo destas ilhas: a livre administração dos Açores pelos açorianos.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem! Apoiado! Apoiado!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação degradante em que ainda se encontram algumas famílias açorianas, deve ser para nós uma constante preocupação na procura sistemática de soluções para que cada açoriano, cada família açoriana possa sentir-se aqui, nestas ilhas,

como cidadãos de pleno direito e não como marginais de uma sociedade que não quer ser minimamente importunada por essas vítimas dela mesma.

Por via disso, foi com agrado e expectativa que demos total concordância à criação do "Programa Especial para a aceleração da resolução dos problemas de particular gravidade na ilha de S. Miguel".

Por via disso, e na sequência, todos nós aplaudimos a criação do Plano Integrado de Acção Comunitária.

A Comissão responsável pelo PIAC meteu mãos à obra. Reuniu documentação, elaborou estatísticas, detectou casos de extremo desequilíbrio social, hierarquizou-os, classificou-os e disse quais as situações de emergência que era urgente e necessário acudir.

Entre outros objectivos desses planos especiais criados para a Ilha de S. Miguel, detectava-se um forte investimento na área dos caminhos de penetração, praticamente obstruídos por terras e silvados a que constituem vias indispensáveis para o acesso às pastagens e para o escoamento do nosso ouro branco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passado que foram cerca de dois anos, já quase não se ouve falar desses planos específicos. É certo que algumas bolsas de miséria foram atenuadas, resolveram-se outras, mas ainda persistem algumas. Actua-se na freguesia de Rabo de Peixe com êxito e sob a égide da "Rotura de um ciclo".

Mas muito ainda está por fazer.

No sector dos caminhos de penetração, as acções não têm sido implementadas com a rapidez desejada. E, se em alguns casos o foi, não o foi convenientemente.

Temos inúmeras queixas de lavradores pelo estado degradado dessas vias de acesso a pastagens, a terras de cultivo, tornando-se quase impossível, ou pelo menos muito difícil quer o acesso de animais, quer o transporte do leite, que é, por enquanto, uma fonte de receitas assinalável e promotor de muitos postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao trazer a esta Tribuna esses dois aspectos que considero de primordial importância para a melhoria de qualidade de vida das nossas gentes, estou a cumprir a minha missão de Deputado eleito pelo Partido Social Democrata. Assumindo a filosofia humanista a que gostosamente aderi, luto e lutarei para que valha a pena viver nos Açores. Para que cada família possa dispôr de um espaço habitacional onde consiga viver com dignidade; educar os seus filhos com o mínimo de infraestruturas, cuja falta não lhe inculque, desde o berço, sentimentos de revolta contra uma sociedade injusta que necessita, permanentemente, de ser

importunada, a fim de despertar para a realidade que a rodeia.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Para que cada fonte de riqueza das nossas ilhas possa desenvolver-se de uma forma harmónica, sem desvirtuamentos que lhe onere os custos de exploração. Se desenvolva com eficácia, atenuando o esforço dos nossos homens do campo, facilitando a já árdua tarefa de cuidar das terras e dos animais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parafraseando Marcelo Rebelo de Sousa "ninguém vence uma batalha se, no íntimo do seu pensamento, não está consciente e determinado; se admite que pode torneir o essencial com o facto consumado do acessório; se concede no adiamento do prioritário; se embarca na espera emoliente dos adversários desse seu objectivo."

Muito obrigado.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

**Deputado Victor Evaristo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não era minha intenção dirigir e hoje a esta Câmara. Direi, com toda a franqueza, que fui apanhado de surpresa.

Seja como for, aquilo que eu tinha a dizer diz-se muito rapidamente e em duas palavras.

Eu tinha duas questões no meu pensamento (não as tenho no papel) que queria deixar aqui à consideração desta Câmara, na esperança de que esta Tribuna ainda possa ter alguma repercussão. E as duas questões são estas:

O meu camarada de bancada, José Carlos Simas, referiu-se à parte exterior da instalação de certos serviços dependentes do Governo Central, nomeadamente aos tribunais e aos serviços de finanças.

Parece-me que o Deputado José Carlos Simas deixou aqui bem claro, numa panorâmica geral do que se verifica a nível dos Açores, o estado de degradação em que estes serviços estão a funcionar. Isto é preocupante!

É evidente que o ouvi com muita atenção e eu agora queria completar o recheio, ou seja, o que se passa dentro de alguns destes edifícios, porque, se na realidade externamente não oferecem nenhuma condições e internamente também não, como condições dignas de trabalho para os seus funcionários, verificam-se no aspecto orgânico-pessoal coisas gravíssimas. Eu limitar-me-ei a referir duas situações:

A nível de S. Miguel, o Tribunal Judicial de Ponta Delgada (penso que não será surpresa nenhuma para ninguém) tem sensivelmente o dobro - duas vezes e meia - do volume de processos de todas as outras comarcas da Região, ou seja,

um volume de processos enorme.

Para dar razão a tudo isto (e repare-se que aquele Tribunal funciona como Tribunal Cível, como Tribunal Criminal e como Tribunal de Família, ou seja, no mesmo os mesmos juízes têm que dar prossecução a todas estas finalidades) existem apenas dois juízes, com duas secções cada juiz, e, como se tudo isto não bastasse, ou seja, o número de magistrados judiciais estar reduzido ao mínimo, com um volume - volto a repetir - enorme de processos, as secções estão a trabalhar na média dos 40 a 50% dos seus quadros normais, ou seja: há secções que não têm escrivão, que funcionam à base de escrivões adjuntos; outras que tem escrivão mas que não têm escriturários. Resultado: pendem nas secções (e isto é extremamente grave) todos os actos processuais que têm que ser levados às partes - as notificações, as citações.

Por vezes, demora 2, 3, 4 meses a proceder-se a uma citação ou a uma simples notificação, com todo o arrastar consequente a que isto conduz.

Isto apenas para dizer que, realmente, sendo um serviço tão importante e que as pessoas têm como um dos valores fundamentais - que me parece ser o direito à justiça -, as pessoas têm deste direito à justiça esta noção pouco edificante (passe a expressão) de que a justiça se está a arrastar demasiado.

Eu não estou aqui a pôr em causa - que fique muito claro - a qualidade da justiça que se pratica nos tribunais dos Açores, particularmente no de São Miguel, que é o que melhor conheço (naturalmente que podem ser discutidas as decisões judiciais e para isso há os seus meios próprios): o que eu ponho em causa é a oportunidade, ou seja, um arrastar injustificado de processos, que não se verifica noutras comarcas.

Dou-lhes apenas um outro exemplo que me parece perfeitamente claro:

Existem dois cartórios notariais ou duas secretarias notariais (como queiram) e vai para 2 anos que entrou em situação de reforma um dos notários de Ponta Delgada. Repare-se que, 2 anos decorridos, essa vaga ainda não está preenchida, sendo (penso eu), como toda a gente sabe, um serviço extremamente importante, apinhado de pedidos para fazer os actos sujeitos à intervenção notarial, o que obriga o outro notário a fazer escrituras às 9, 10 e 11 horas da noite (e até por vezes não consegue, nem é possível exigir-lhe mais).

Por que razão não está preenchida a outra vaga?

É de pasmar! e eu penso que pasmarão todos comigo ao saberem isto!

Havia variadíssimos pedidos entrados no Ministério da Justiça, em Lisboa, na respectiva Direcção Geral dos Serviços Notariais, para preencher

este lugar. Quando se deu, há meses atrás, um sismo um pouco mais violento foi toda a gente, a correr, retirar os requerimentos ao Ministério da Justiça, com medo dos sismos. Esta informação é verdadeira: eu obtive-a directamente em Lisboa, porque quando me disseram eu não acreditei (havia vários pedidos e as pessoas assustaram-se quando leram isto). Quanto a isto não há nada a fazer, mas parece-me que a Região também poderá fazer qualquer coisa, ou, pelo menos, tentar dar a imagem de que, lá por haver sismos, felizmente ainda estamos vivos, o que já não vai sendo mau.

Portanto, situações deste género são gravíssimas e parece-me que começa a despertar nas pessoas com mais acuidade a estes problemas se estas situações podem continuar a arrastar-se.

O exemplo que eu dei do Tribunal de Ponta Delgada pode dar-se para o Tribunal da Ribeira Grande: quando faltava juiz havia funcionários; quando havia funcionários não havia juiz. Resultado: pendem ali processos (eu tenho alguns) desde 1983, ainda em fase de pré-saneador. Portanto, na realidade, são situações que se arrastam. São comarcas mais pequenas, mas, mesmo assim, continuam com processos atrasados.

Isto começa a levar-nos a pensar em determinadas situações preocupantes, já não falando no que se passa a nível de serviços prisionais, porque todos nós conhecemos a desgraça dos serviços prisionais desta terra, a começar pela Cadeia de Ponta Delgada (e penso que o que se passa no resto da Região não é melhor).

Eu penso que, na realidade, esta Câmara terá de começar a pensar muito seriamente se a organização dos serviços judiciais na Região - eu digo "a organização"; não digo que haja subordinação do poder judicial - não começará a ter que ser uma preocupação de quem tem obrigação de representar o Povo dos Açores. Deixo este alerta e esta preocupação. Aliás, o nosso Estatuto prevê expressamente isso...

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Essa intenção!

**O Orador:** ...essa intenção - como diz o Dr. Fernando Faria.

Vai sendo altura de começarmos a mexer nisto: a pensar se vale a pena a gente também ver se consegue por isto a funcionar doutra maneira, porque, a continuar assim, é mais um motivo de desinteresse das pessoas (e que eu, com toda a franqueza, penso que no fundo atinge as pessoas que, nesta Câmara, representam o Povo dos Açores), que, muito naturalmente, pensam "o que é que estes Senhores estão a fazer, na Horta, na Assembleia Regional, que têm conhecimento (porque têm e não podem negar que o têm!) da maneira como estas coisas correm?" (as pessoas também lêem o Estatuto e dizem que lá está expressa a intenção) e dizem "mas não fazem nada; é mais

uma coisa em que não se faz nada?!".

Gostaria de terminar com uma coisa alegre:

- Era lembrar aos Senhores uma efeméride que me é particularmente cara:

No dia 3 de Julho do corrente ano o Concelho da Povoação comemora 150 anos. É um Concelho a que eu estou ligado pelo coração (penso que todos sabem) e portanto é muito caro para mim lembrar nesta Câmara esta data.

150 anos são muitos anos!

É dos Concelhos mais antigos desta Região. Não tem sido talvez dos concelhos mais favorecidos, mas é um Concelho que se porta com muita dignidade, em que me parece que as pessoas merecem a carinho de todos nós e eu atrevia-me a pedir que esta Câmara tivesse esta efeméride em atenção.

Estou autorizado, em nome do Sr. Presidente da Câmara, a fazer um convite informal a todos os Srs. Deputados que realmente queiram acompanhar as festividades do Concelho da Povoação, que se pretendem levar a todas as freguesias do Concelho e dar-lhe essencialmente um aspecto cultural e desportivo, de maneira que as pessoas sintam que 150 anos são muitos anos na vida de qualquer concelho.

Era isto que eu queria transmitir aos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do CDS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O dia 25 de Abril constitui uma data histórica para todos os portugueses.

Foi há quinze anos que se deu a revolução dos cravos que liquidou uma ditadura caduca e repressiva que durou cerca de 50 anos.

Portugal, nesse dia, conquistou a Democracia que, com todos os seus excessos, defeitos, mas muitas qualidades, constitui o regime político para o qual Portugal e os portugueses estão mais vocacionados como país europeu.

Ao ser instaurada a Democracia, os Açores viram, por fim, consagrado o seu Estatuto de Região Autónoma, através do qual implantaram uma autonomia que todos desejamos, tranquila mas dinâmica.

Foi o reconhecimento, pelo poder central, de que somos uma Região com problemas específicos e realidades sociais, económicas e culturais muito próprias, por conseguinte, diferentes do espaço continental português.

Doze anos se passaram e só os conservadores e miserabilistas não concordarão que os Açores mudaram em todos os campos e que, com a Autonomia, se conseguiu em tão poucos anos o que não se

fez durante um século.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vem tudo isto a propósito do dia 25 de Abril passado, que coincidiu com uma visita a Santa Maria de uma delegação da Zona Franca de Manaus, onde se integravam empresários brasileiros.

O Presidente da Zona Franca Brasileira, numa alocução simples, mas segura, fez uma resenha histórica do aproveitamento da Zona Franca de Manaus, das suas dificuldades de implantação, assim como dos resultados obtidos passados vinte e dois anos.

Foi importante esta intervenção, uma vez que estavam presentes muitos marienses, tanto empresários como pessoas com responsabilidades políticas e autárquicas em Santa Maria, que espero que tenham recebido a mensagem transmitida e que se resume aos seguintes pontos:

1. As zonas francas são "instrumentos" utilizados para combater alterações económicas e sociais que são consequência do esvaziamento da importância estratégica de certos pólos económicos, entre outras razões, pelo aparecimento de novas tecnologias.

Em Santa Maria foi a revolução tecnológica nos aviões e, por conseguinte, a perda do valor da sua posição estratégica, visto termos o contra de não sermos gerador de tráfego, o que contribuiu para o relativo esvaziamento do seu potencial económico;

2. Doze anos levou a Zona Franca de Manaus para começar a funcionar, embora ainda modestamente;

3. O grande problema durante a implantação da Zona Franca foi, de facto, o êxodo das populações e a dificuldade em mudar-se a mentalidade dos agentes económicos locais.

Tudo o que foi exprimido pelo Presidente daquela Zona Franca se aplica à Zona Franca de Santa Maria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais que uma crise social e económica, os marienses atravessam uma crise de mudança de mentalidades para enfrentarem desafios completamente novos e, por vezes, desconhecidos.

Especular sobre o que foi Santa Maria no passado é pura demagogia e assenta apenas em interesses políticos, jogando emocionalmente com os marienses, incutindo-lhes o desânimo.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Se o desafio e as dificuldades foram inúmeras noutros países, maior será para Santa Maria, visto ser uma ilha pequena e estar inserida numa região marcada pela descontinuidade territorial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O convénio assinado com os brasileiros representa uma nova etapa no futuro da Zona Franca, e foi-me dado ver que os que mais a combateram, por questões políticas, são neste momento os que mais a defendem, chegando até ao ponto de se arvorarem em seus criadores.

Se a postura dos marienses em relação à Zona Franca se alterar, terá acontecido de facto o nosso 25 de Abril nas mentalidades marienses.

Espero que aquela visita tenha como resultado o estímulo para rapidamente a ZOFRAN começar a assumir a sua responsabilidade de promoção e instalação de empresas no espaço franco.

Ao Governo, através da Secretaria da Economia, cabe a acção pedagógica junto dos empresários marienses para que venham a ser uma parte integrante do investimento na Zona Franca de Santa Maria, fornecendo-lhes dados sobre que sectores de investimento se abrem com o aparecimento de uma zona Franca.

Aos jovens temos que aplicar a mesma receita, motivá-los para que se associem e integrem o esforço de desenvolvimento do meio em que vivem, incutindo-lhes uma mentalidade de jovens empresários.

Quanto à problemática do NAV 2 e os problemas levantados pelo Sr. Deputado João Braga, resta-me apenas fazer as seguintes perguntas:

1ª - De quem depende a manutenção ou transferência do NAV 2?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** O Sr. não sabe?

**O Orador:** 2ª - Alguma vez os Socialistas Marienses apoiaram a posição dura e intransigente do Governo Regional em relação ao NAV 2?

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Ou será que ser socialista se sobrepõe a ser mariense?

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O NAV 2 para a oposição apenas interessa como assunto a explorar politicamente, alastrando a desmotivação da população, porque as pessoas desmotivadas mais facilmente são manobradas.

Disse.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** tem a palavra o Sr. Deputado João Sousa Braga.

**Deputado João Sousa Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quando fiz a minha intervenção sobre o Projecto NAV II quis alertar o Governo para um processo que se arrasta e que é realmente factor de desmotivação, de desalento e desconfiança da política do Governo.

Passados que são quase 9 anos sobre o problema do NAV II a solução continua num impasse, como

toda a gente sabe.

Dizer-se que os socialistas não se interessaram pelos problemas do NAV II, isso é que é pura demagogia, é mentira, porque, nesta Assembleia, desde que estão aqui socialistas, sempre se levantou o problema do NAV II - desde a Dra. Conceição Bettencourt; o José Dinis Resendes; eu próprio, aqui nesta Assembleia - e o Sr. José Maria desconhece que...

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** O Sr. Deputado José Maria!

**O Orador:** ...os próprios funcionários ligados directamente a esse projecto, com prejuízos que poderiam advir daí - profissionais esses que eram da Delegação da Associação de Controladores de Santa Maria -, se foram oferecer ao Secretário Regional de então (há alguns 5 anos). Na altura que o Governo Regional devia ter actuado em relação ao NAV II esses funcionários foram-se oferecer para prestar os seus serviços e informações que o Governo Regional necessitasse e desses funcionários havia elementos que eram do Partido Socialista (não vou mencionar aqui os nomes, porque mesmo não posso).

Relativamente à Zona Franca, nós fizemos um requerimento (que não tenho agora aqui), em Novembro do ano passado, a pedir informações sobre a mesma: sobre os possíveis investidores; quais eram as consequências sócio-económicas da Zona Franca no momento actual, relativamente a Santa Maria, e nada nos foi respondido.

Sobre o convénio dos brasileiros, pois, eu não estava em Santa Maria: nessa altura eu estava em serviço profissional em França (dado que faço parte de um grupo de trabalho) e portanto não tive oportunidade de estar presente. Todavia, eu fiz perguntas na minha intervenção que ninguém me respondeu!

As perguntas que eu fiz foi para ser esclarecido, para saber o que é que se passa relativamente à Zona Franca!

Eu gostava de saber o que é o convénio dos brasileiros e muito mais coisas sobre a Zona Franca, como, por exemplo, o que vai ser a Zona Franca logo a seguir às infraestruturas de Santa Maria estarem prontas! Eu gostava de saber "montes" de coisas! A gente não sabe de nada!

Eu não fui convidado para nenhuma sessão sobre a Zona Franca em Santa Maria!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos, se quiser esclarecer. Pedia-lhe que fosse breve, porque está-se a esgotar o nosso período de Antes da Ordem do Dia.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não vou de facto responder-lhe a uma série de questões, porque nem vale a pena.

Todos nós temos conhecimento da posição do

Sr. João Braga ao longo dos anos.

As posições públicas tomadas em Santa Maria são sempre com uma só direcção: é o Governo Regional! Nunca o vi apoiar publicamente as posições que as outras pessoas tomam lá!

Quanto a não estar presente na sessão da Zona Franca, Sr. João Braga, foram todos convidados e estavam lá os deputados de Santa Maria. Acabou de dizer que não estava lá...

**Deputado João Braga (PS):** Não fui convidado!

**O Orador:** Não foi convidado? Bom, isso já é normal com o Sr. João Braga, porque o Governo quando visita a Ilha também o convida, como toda a gente, e o Sr. geralmente não está presente!

**Vozes do PSD :** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Isso é exactamente o contrário!

**Deputado João Sousa Braga (PS):** Sr. Presidente, eu peço a palavra.

**Presidente:** Sr. Deputado João Braga, eu suponho que não há mais nada a acrescentar: o Sr. já esclareceu que não foi convidado e...

**Deputado João Braga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho que esclarecer, porque quando o Governo Regional vai a Santa Maria eu estou presente! Só não estou presente por motivos profissionais ou se estiver ausente da Ilha!

**Presidente:** Srs. Deputados, eu suponho que este assunto está esclarecido.

Esgotou-se o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos passar ao **Período da Ordem do Dia**.

Por acordo com os Grupos Parlamentares, vamos apreciar primeiro o ponto nº 2 da Ordem do Dia, que é uma **Proposta de Resolução sobre a despesa inerente à realização do torneio de apuramento à Taça de Portugal com a participação das equipas vencedoras das zonas do Pico, Faial e Flores da Associação de Futebol da Horta**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, se quiser apresentar a sua Proposta de Resolução.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

#### **"Proposta de Resolução**

Considerando que de há dois anos a esta parte os Clubes de Futebol de Ilha das Flores vêm sendo impedidos de disputar o torneio de apuramento do representante da Associação de Futebol da Horta à Taça de Portugal.

Considerando que as condições geográficas específicas implicam que a participação dessas equipas neste torneio seja encarada com os condicionamentos daí decorrentes.

Considerando a solicitação da Associação de Futebol da Horta presente a esta Assembleia através do ofício 735, Procº 37/DV de 19 de Abril de 1989, no sentido de ser reposta a justiça

no processo em causa.

Considerando que compete ao Governo Regional assegurar as necessárias condições à igualdade de tratamento e oportunidades de todas as parcelas da Região.

A Representação Parlamentar do PCP propõe nos termos regimentais aplicáveis que a Assembleia Regional dos Açores resolva o seguinte:

Recomendar ao Governo Regional que através da Direcção Regional de Educação Física e Desportos, seja suportada a despesa inerente à realização do torneio de apuramento à Taça de Portugal com a participação das equipas vencedoras das zonas do Pico, Faial e Flores da Associação de Futebol da Horta."

**Presidente:** Se algum dos Srs. Deputados deseja pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Valadão faça o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos à discussão deste assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em julgo que esta Proposta de Resolução merecerá da parte do Partido Social Democrata uma proposta de alteração.

Entendo que este assunto não diz unicamente respeito à Associação de Futebol da Horta: ele também diz respeito às Associações de Futebol de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Sobre este assunto, as Associações têm uma opinião; a Federação Portuguesa de Futebol não entende bem o que é a Região Autónoma dos Açores e, portanto, pretende-se que o Governo Regional assumira aqui responsabilidades que são da Federação Portuguesa de Futebol.

Julgo que é à Federação Portuguesa de Futebol que cabe, acima de tudo, financiar a participação dos clubes da Região nessa prova.

Entendemos que só numa fase em que a Federação não consiga entender o que é, concretamente, a Região Autónoma dos Açores é que o Governo Regional deve assumir essa responsabilidade (e af sim) no sentido de que todas as equipas de todas as ilhas possam participar nessa prova.

Portanto, entendo que a sua Proposta de resolução tem determinados objectivos que são de apoiar, mas gostaria de frisar que é essencialmente à Federação Portuguesa de Futebol que compete suportar os custos dessa realização.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de ler a proposta de alteração que o Partido Social Democrata apresenta.

**Secretário:** "Proposta de Alteração

Recomendar ao Governo Regional:

1. Que diligencie, por todos os meios ao seu alcance, no sentido de que a Federação Portu-

guesa de Futebol, através das suas Associações de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada garanta os meios financeiros que permitam a participação de todos os clubes seus filiados em provas de apuramento dos representantes à Taça de Portugal.

2. Que na absoluta impossibilidade daquela Federação vir a garantir os referidos meios, o Governo Regional evite que os clubes desportivos de algumas ilhas fiquem injustamente colocados em situação de desigualdade, alargando o apoio que vem prestando à disputa da Taça Açores e Taça dos Campeões Açorianos, ao apuramento à Taça de Portugal."

**Presidente:** Fica também à discussão esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na época passada e obedecendo à calendarização estabelecida pela Associação de Futebol da Horta e às determinações superiores da Federação Portuguesa de Futebol, realizou-se na ilha das Flores uma prova, destinada ao apuramento do vencedor daquela zona, à posterior disputa do torneio de apuramento à Taça de Portugal, torneio este a realizar entre este e os vencedores das zonas do Pico e do Faial.

Refira-se que a participação nesta prova era obrigatória e aos Clubes em causa exigidos o cumprimento escrupuloso de todos os deveres daí decorrentes.

Finalizada que foi a referida prova viu-se contudo a equipa vencedora impedida, por indisponibilidade das diversas entidades interessadas, em custearem a deslocação desta equipa para a disputa do referido torneio.

Nessa altura, e muito bem, resolveu unanimemente a Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores exarar o seu protesto público em relação a esta situação.

Talvez por isso acreditaram os Clubes das Flores que no futuro a situação não se repetiria e aguardaram serenamente esta época, até ao início da prova, que fosse assegurada a participação no torneio em causa.

Deste modo, não é de estranhar que aquando do início de tal prova, na presente época, os clubes, perante a informação de que mais uma vez não era assegurada a sua participação na fase seguinte, tenham, como forma de protesto, decidido não comparecer aos jogos já marcados para apuramento do vencedor da respectiva zona.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De estranhar é sim que aos mesmos, e em face disto, de imediato lhes tenha sido mandado instaurar processos disciplinares.

De estranhar é sim que as entidades competentes

não tenham procurado de imediato repôr a igualdade de tratamento e oportunidade que era posto em causa mercê dos condicionalismos de natureza geográfica a que os Portugueses e Açorianos da ilha das Flores sem qualquer culpa para tal se vêem sujeitos.

Não queremos nem podemos deixar passar esta oportunidade sem que da nossa parte nos empenhemos pela eliminação desta flagrante injustiça.

Por outro lado, dado que apareceram propostas de alteração, e depois de as analisar, eu considero que com estas propostas de alteração apresentadas pelo PSD a Proposta de Resolução ficou enriquecida, na medida que os seus objectivos mantêm-se e alargam-se a outras ilhas. Daí que eu assumo as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Disse.

**Presidente:** Continua à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

**Deputado Renato Moura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A Proposta de Resolução que estamos a discutir levanta efectivamente alguns problemas que julgo que merecerá a pena colocar no seu local próprio, responsabilizando quem deveria ter assumido a responsabilidade de apoiar as equipas de algumas ilhas da Região, nomeadamente das Flores, de S. Jorge, da Graciosa e até de Santa Maria, para que pudessem participar numa taça que se designa por "Taça de Portugal".

O nosso entendimento era o de que deveria ser a Federação Portuguesa de Futebol, através das suas Associações, a garantir que todas as equipas tivessem igualdade no acesso à disputa dessa mesma taça a que se lhe dá o nome do país.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Todavia, não tem sido esse o entendimento, nem por parte das Associações, nem por parte da Federação, o que nos parece absolutamente irrazoável e que aqui queremos denunciar, como, aliás, já anteriormente foi feito por outros que nos antecederam no uso da palavra.

A solução que vem propor o Partido Comunista Português é uma solução que, tal como vinha proposta, não nos parece inteiramente razoável, na medida em que atribui desde logo a responsabilidade ao Governo Regional por resolver um problema que não é da sua responsabilidade. É exactamente por isso que apresentamos a proposta de alteração.

Entendemos, sim, que devem ser efectuadas previamente todas as diligências no sentido de fazer com que as Associações dos Açores e a própria Federação Portuguesa assumam nesta matéria as suas responsabilidades e só então, na absoluta impossibilidade de conseguir que assim se faça, é que se deve apelar ao Governo Regional para que procure colocar em idêntica

situação as equipas de todas as ilhas, mesmo daquelas ilhas que nesta circunstância eram desfavorecidas.

Para além do mais, a Proposta do PCP também não poderia merecer a nossa aprovação tal como se encontrava, na medida em que apenas olhava parceladamente o problema, ou seja, apenas abrangia a situação das equipas da Ilha das Flores, deixando por fora as de outras zonas da Região, que neste momento merecem um tratamento também desfavorável relativamente às das ilhas onde se situam as sedes das Associações de Futebol.

Também aqui não podemos deixar de fazer uma referência de desagrado por verificar o comportamento que nesta matéria está tendo, designadamente, a Associação de Futebol da Horta quando manda instaurar processo disciplinar às equipas que não compareceram aos jogos marcados para o apuramento do representante das Flores à disputa do que seria depois o torneio de apuramento do representante da Associação de Futebol da Horta à Taça de Portugal.

Não faz qualquer sentido que a Associação obrigue as equipas a participarem, porque o ano passado participaram e chegaram ao fim, tiveram o seu apurado e, sem uma palavra sequer, ele foi pura e simplesmente afastado de poder disputar com as equipas das outras zonas o seu acesso.

Creemos que a atitude que a Associação não poderá deixar de ter sobre esta matéria será a de considerar que essas equipas não poderiam ser obrigadas e não era razoável que disputassem uma prova que não lhes dava acesso a qualquer disputa para além da local.

Posto isto, teremos ainda que dizer que os considerandos da Proposta do PCP, em face de tudo aquilo que se disse, não são também razoáveis e não estão adequados ao que é a nossa proposta de alteração.

Todavia, como esta Assembleia apenas vota a resolução e não vota os considerandos, chamamos a atenção para o facto de que, quando vier a ser feita a redacção final, os considerandos (se é que a proposta os virá a incluir) terão de ser adequados e adaptados, pela comissão de redacção, à circunstância daquilo que esta Assembleia vier a aprovar neste momento.

**Deputado António Oliveira Rodrigues (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS considera oportuna a Proposta de Resolução que foi apresentada pelo PCP a esta Assembleia e também reconhece que a proposta agora apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao dar-lhe um enquadramento

global e uma perspectiva regional, perspectiva de uma forma mais correcta um eventual pronunciamento desta Assembleia sobre a matéria.

Portanto, desde já, o nosso apoio à iniciativa e à Proposta de Resolução que, ao fim e ao cabo, vai ser aqui aprovada.

Importa porém, na nossa perspectiva, dar alguns contributos no sentido de que esta Assembleia possa reflectir sobre algumas questões subjacentes que foram aqui colocadas. E isto porque interessa sobretudo - como ainda aqui foi referido - que o preâmbulo da Proposta e o espírito que a informa venha a ser, eventualmente, o mais correcto possível, se bem que se admita que estamos numa área que envolve alguma delicadeza, porque estão subjacentes, sobretudo, a assunção de custos e de encargos e quando toca a esse domínio obviamente que as partes têm sempre as opiniões mais diversas sobre a matéria.

No que toca a responsabilidades da Federação Portuguesa de Futebol, é do domínio público que a Taça de Portugal é uma prova organizada pela Federação Portuguesa de Futebol, mas julgo que o que importa avaliar é o momento em que tem início a Taça de Portugal.

Como sabemos, a participação na Taça de Portugal é reconhecida a todos os clubes que participam nos campeonatos nacionais, embora em fases diferentes, e aos representantes das Associações de Futebol. Portanto, no nosso raciocínio, a Taça de Portugal, como prova da Federação Portuguesa de Futebol, acontece a partir da 1ª eliminatória e os intervenientes nessa primeira eliminatória, ao nível das Associações, são apenas os representantes das Associações. As restantes equipas que participam, fazem-no por direito próprio e pelo facto de militarem em provas nacionais.

Obviamente que a Federação Portuguesa de Futebol, como Federação que é, tem responsabilidades sobre as Associações, mas as próprias Associações têm, como nós sabemos, autonomia e têm provas da sua exclusiva responsabilidade. Há provas cuja organização é exclusivamente de âmbito associativo e sobre essas a Federação Portuguesa de Futebol não tem interferência directa, que não seja - segundo creio - apenas a obrigação, a que as Associações estão sujeitas, de respeitarem os regulamentos gerais emanados da Federação Portuguesa de Futebol.

Portanto, e desde logo, há provas de âmbito federativo - com todas as consequências inerentes ao nível da emissão de bilhetes e responsabilidades de diversa ordem - e há provas de âmbito associativo.

Eu julgo que não é correcto meter no mesmo grupo coisas que são distintas. Por conseguinte, nesse capítulo, a nossa postura é esta: a "Taça

de Portugal" é uma prova de âmbito federativo enquanto definida como tal a partir da primeira eliminatória; o apuramento, no interior da cada Associação de Futebol, do seu representante é uma prova associativa, com toda a liberdade de decisão. Aliás, os calendários associativos limitam-se a ser comunicados à Federação Portuguesa de Futebol; não há sequer qualquer processo de dependência: as Associações têm liberdade - segundo creio - de organizarem as suas provas internamente como entenderem; estão sujeitas apenas às regras federativas quando integram directamente a prova de âmbito nacional.

Assim sendo, e salvo prova em contrário, o apuramento e as questões que foram aqui levantadas pelo projecto apresentado pelo PCP são de âmbito associativo.

Ora bem, é do conhecimento de todos nós que as três Associações de Futebol da Região estão numa situação financeira muito difícil. Pelo menos no caso da associação de Futebol de Angra do Heroísmo, que tenho conhecimento mais directo, praticamente quase todas as provas geram déficits financeiros - e isto é um dilema, isto é, enfim, um espectro grave que paira sobre o associativismo do futebol regional - que no caso de Angra, por exemplo, é em parte suportado por equipas que estão nos nacionais e essas, sim, geram receitas, são no fundo os suportes financeiros da própria Associação. São as únicas duas equipas que contribuem positivamente para os cofres da Associação, enquanto que as restantes equipas, em geral, estão numa situação até de devedores perante a Associação - e julgo que no resto da Região a situação será semelhante.

Logo, a situação que enfrentamos é dum impotência das Associações organizarem as provas, permitindo igualdade de direitos a todas as ilhas. E aqui é que me parece que entra a responsabilidade política da nossa Administração, no caso concreto, do Governo Regional, que, numa perspectiva de garantir igualdade de direitos de participação a todas as equipas no conjunto regional, vê-se na obrigação de ter que financiar, directa ou indirectamente, a realização dessas provas.

Portanto, parece-me que se trata de uma questão entre Associações e o Governo Regional e o que se nota é que a política regional nesse domínio - como em muitos outros - não encontrou ainda a uniformidade desejável, a articulação e sobretudo a equidade que é indispensável colocar em todas as questões e também nestas questões do desporto.

Há políticas que satisfazem os interesses dos clubes numas Associações; noutras as políticas desenvolvidas não satisfazem os interesses dos clubes. Na nossa perspectiva cabe ao Governo também impor aqui alguma moralidade e sobretudo

uma igualdade de direitos e de participação.

De resto, outros escândalos estão neste momento em praça pública. Um deles é o facto de se ter feito o Campeonato Açoriano de Juvenis sem a participação da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, que se viu afastada de participar na prova de Juvenis a nível Açores. A gravidade é tal que neste momento há um contencioso entre o clube que foi vítima dessa situação, que é o Sport Club Lusitânia, cujos seus jovens estão impedidos de progredirem numa prova que tinham legítimo direito; há um contencioso que envolve o Associação de Futebol de Angra, que já se assumiu como culpada nessa matéria e a própria Direcção Regional de Educação Física e Desportos está também altamente responsabilizada por tudo isso, porque é que está financiando a prova e está financiando uma prova que não tem a representatividade do futebol açoriano.

Portanto, isso demonstra mais uma vez, que o Governo Regional, nessa área do desporto, de facto, não tem sabido dialogar e sobretudo garantir que provas por ele financiadas tenham a equidade e respeitem a igualdade de direitos entre os participantes a nível Açores.

É neste quadro que nós vamos apoiar a Resolução desta Assembleia, mas quase com a certeza - salvo prova em contrário - de que não se justifica, neste âmbito, responsabilizar, de forma abstracta, a Federação Portuguesa de Futebol enquanto tal, mas sobretudo fazer incidir a grande responsabilidade dessa matéria, que é entre as Associações que não têm meios, e entre o Governo Regional, que se quiser que as "ilhas pequenas" tenham participação vai ter que financiar, porque se o Governo Regional não financiar as Associações não estão em condições de garantir, nem os clubes de futebol (e é bom que se diga) estão dispostos a suportar essa justa política de participação de todos à sua própria custa.

Houve situações no passado em que se obrigaram equipas a ir fazer jogos às chamadas "ilhas pequenas" sem o mínimo de condições - sem alojamentos garantidos, sem pagamento de despesas inerentes à deslocação - e que tudo foi possível graças à solidariedade que só o desporto pode proporcionar. Só que isso tem limites e algumas dessas equipas têm responsabilidades, têm orçamentos da ordem das dezenas de milhares de contos, têm jogadores numa situação de semi-profissionalismo, que não podem de maneira nenhuma sujeitar-se a ir praticar futebol em campos que não têm dimensões, a ir para situações onde não há equipas de arbitragem devidamente apetrechadas, e, portanto, o futebol, como todo o desporto, tem que ser encarado com a responsabilidade que os clubes (muitos deles) já têm coragem de assumir, mas que a Administração Regional,

se quiser pôr todos em pé de igualdade, vai ter que contribuir com a sua cota parte.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Serpa.

**Deputado Rogério Serpa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pouco mais há a dizer.

Quero-me congratular pela iniciativa do PCP. As propostas de alteração que o PSD introduziu vêm enriquecê-la ainda mais.

Portanto, o PS vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado António Silveira. É para uma segunda intervenção?

**Deputado António Silveira (PSD):** É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado António Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Julgo que o Sr. Deputado colocou aqui o problema de uma forma, de certa maneira, correcta.

Queria-lhe dizer que essa parte final, que poderia ter acontecido há alguns anos, já não acontece: as "ilhas pequenas" têm hoje campos com dimensões; têm hoje residenciais; têm hoje equipas de arbitragem que fazem parte dessa Associação de Futebol e portanto, se isso aconteceu (e eu não duvido que já aconteceu), o problema não se põe actualmente.

O problema continua entre a Associação e a Federação.

Eu julgo que a Federação deveria assumir aqui algumas responsabilidades e portanto creio que a Proposta de Resolução do PSD até vem de encontro àquilo que o Sr. Deputado aqui afirmou.

Parece-me que, se a Associação (e os clubes da "ilhas pequenas" também são filiados e também pagam as inscrições dos seus atletas) tem responsabilidade para provas como a "Taça Açores" e o apuramento do campeão dessa mesma Associação, também não é legítimo, dentro desta perspectiva que o desporto tomou, que o representante da Associação à Taça de Portugal não seja o representante da Associação, mas, sim, o representante da ilha onde se realizou essa prova.

Julgo que isto não tem grande polémica. Acho que é só encontrar uma forma.

Se a Federação não assume (enfim, é aquilo que nós solicitamos), que o Governo depois, de certa maneira, ajude a que a justiça se reponha.

Muito obrigado.

**Presidente:** Pede a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. O Sr. Deputado vai usar da palavra para uma segunda intervenção?

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Era só para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** É que eu já sei que só um esclarecimento do Sr. Deputado dá direito a meia hora!

**O Orador:** É um pequeno esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Era só para confirmar que estamos perfeitamente de acordo nesse domínio.

No presente, felizmente que todas as ilhas vão tendo infraestruturas capazes e que obedecem aos regulamentos e as estalagens também já existem.

O problema é de facto "agora quem é que vai pagar isso".

Não tenho qualquer espécie de dúvida que não será a Federação Portuguesa de Futebol (as Associações não têm dinheiro): terá que ser o Governo Regional a pagar - e julgo que isso é a conclusão -, se quiser que na Região haja representação das "ilhas pequenas", porque, se o Governo não pagar, posso-vos garantir que quem vai representar as Associações de Futebol são os clubes das ilhas onde as Associações têm sede.

**Presidente:** Srs. Deputados, não há mais inscrições na Mesa sobre este assunto, de forma que vamos votar. Votaremos primeiro a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Tendo ficado aprovada, baixa à Comissão dos Assuntos Sociais para a redacção final, uma vez que há problemas com os considerandos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Votei favoravelmente porque considero que, com a aprovação desta resolução estão criadas as condições para que as equipas de todas as ilhas, nomeadamente as da ilha das Flores, possam vir a participar, já este ano, no torneio de apuramento à Taça de Portugal.

Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, passamos ao outro ponto da nossa ordem de trabalhos, que é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o IIPA, Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para fazer a apresentação desta proposta.

**Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O fomento do investimento privado no quadro

de iniciativas consistentes e viáveis, criadoras de emprego e distribuidoras de riqueza constitui um objectivo prioritário do Governo, que o procurará alcançar com determinação e com a cooperação dos agentes económicos.

Trilhar este caminho pressupõe que sejam tomadas medidas de política, conseguida uma adequada afectação de recursos financeiros e utilizados instrumentos eficazes.

O que a presente proposta de diploma visa é precisamente a criação de um Instituto: um organismo que estude, acompanhe e promova o investimento, mas sem substituir ou concorrer com a iniciativa privada e a actividade individual, antes cooperando com elas, isto é, fornecendo-lhes condições e estímulos.

O processo de desenvolvimento nunca o será completo nem verdadeiramente se não for assente na iniciativa privada organizada em termos empresariais e concretizada segundo a referência dos destinatários ou segundo os indicadores fornecidos pelos mercados. Mas não a iniciativa privada sem regras, desenfreada, aniquiladora dos valores sociais. Não podemos perder de vista que o destinatário da actividade económica é o homem. Queremos empregos e distribuição de riqueza, mas não a qualquer custo.

A nossa integração progressiva na Europa das Comunidades, a nossa aproximação ao grande mercado interior europeu, aprazado para nascer em 1993 exige um grande esforço nosso de preparação, adaptação e modernização, assim como a compreensão de que os monopólios estatais, o protecçãoismo, os preços artificiais subsidiados, a burocracia administrativa, são realidades do passado.

Considera o Governo como instrumento eficaz e de oportuna existência o funcionamento de um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e património próprio, mas integrado na hierarquia da Administração.

Na base do instituto que o diploma em discussão visa criar estão modelos nacionais (ICEP, IAPMEI, IPE) como experiências europeias de organismos congéneres. Adoptamos a forlumação jurídica mais recente desses modelos, sem perder a noção da nossa realidade, que recomenda um organismo dotado de uma estrutura orgânica leve, desburocratizada, com funções como a promoção das nossas potencialidades e oportunidades de investimento, a gestão de participação da Região, bem como o acompanhamento do processo de privatizações. Aproximamo-nos de uma Europa económica baseada na liberdade de movimento de pessoas, capitais, bens e serviços, no direito de livre estabelecimento, mas não podemos manter métodos de há anos atrás. Não é que se trate de uma moda, o que enfrentamos é bastante mais do que isso,

é antes a necessidade de aumentar a experiência e a produtividade da livre iniciativa individual, da qualidade.

A progressiva integração na Europa das Comunidades é uma determinante da evolução da economia regional nos próximos anos, mas não é a única, há que contar com o processo de liberalização económica no Continente e com as suas repercussões na economia açoriana.

É preciso prosseguir uma estratégia económica que tenha em linha de conta esse condicionalismo. A abertura a iniciativas vindas do exterior, conjugadas com capitais e organizações empresariais locais, que tragam novas tecnologias, melhores preços e capacidade empresarial é absolutamente essencial.

Aos conhecidos e sentidos problemas derivados da distância e dispersão geográfica juntam-se dificuldades, que são enormes, respeitantes à dimensão das nossas organizações empresariais, à dimensão da nossa produção, à reduzida dimensão dos nossos mercados regionais.

O organismo cuja criação está proposta não é o remédio milagroso para os nossos problemas, mas com certeza um meio eficaz para contabilizar, integrar, potenciar investimentos: Pretende-se que promova globalmente a Região, no conjunto da suas potencialidades seja um instrumento de marketing, que seja um interlocutor válido entre o potencial investidor e a Administração (por isso tem a natureza de instituto público), contribua para evitar as correrias incessantes de departamento para departamento à procura de uma decisão. Com o seu funcionamento pretendemos simplificar processos.

A estrutura orgânica do instituto é leve, mas não dispensa a existência de uma comissão de fiscalização que acompanhe a gestão, vigie pela transparência de processos, bem como pelo cumprimento da lei e dos estatutos.

**O funcionamento do instituto permitirá acelerar o processo de concessão de incentivos financeiros, ao abrigo de programas nacionais (SIB, PEDIP) ou regionais, realizando, reduzindo ou iliminando a dependência da entrega efectiva dos apoios da recepção de fundos comunitários, estatais ou do orçamento regional - possibilitará a antecipação destes fundos.**

O que hoje proponho a esta Assembleia é que permita que se dê mais um passo, possibilite a existência de um contributo para a promoção do investimento na Região, através do funcionamento de um organismo moderno, desburocratizado, eficaz, devidamente fiscalizado, assente em experiências positivas nacionais e europeias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos do PSD)

**Presidente:** Se algum dos Srs. Deputados preten-

de pedir esclarecimentos sobre esta apresentação faça o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pretende-se criar, com o presente Decreto Legislativo Regional, mais um Instituto Público.

Tal Instituto Público integra-se na política de privatizações do Governo Regional e destina-se, segundo a proposta, também a colaborar com o Governo Regional na definição das políticas económicas, a gerir os sistemas de incentivos à iniciativa privada, a colaborar na definição e execução das medidas de política de comércio externo, a colaborar na orientação do investimento directo estrangeiro e na importação de tecnologia; gerir as participações da Região Autónoma dos Açores, no capital de sociedades a fomentar o investimento privado regional (conforme está consignado no artigo 4º da proposta).

Esta lista, ainda não completa, dá a ideia que o Governo Regional quer criar uma nova Secretaria da Economia, para além daquela que já existe.

Mas se atendermos à alínea g) do artigo 4º, onde se estabelece que o IIPA para além de poder adquirir participação no capital de sociedades pode também alienar por qualquer forma as participações que tenham sido integradas no seu património, e que a par disso é que vai gerir os sistemas de incentivos (alínea c) do artigo 4º), então vamos concluir que o IIPA irá ser mais um super-poder, porventura muito apetecido por alguns.

No artigo 6º estabelece-se que um dos vogais será representante do sector privado, estabelecendo-se também que o Presidente do Conselho de Administração será o Administrador-Delegado.

Para ter todo esse enorme papel na economia, podendo até alienar, por qualquer forma, participações da Região que estejam incluídas no seu património o Governo adopta uma medida na qual dá um grande poder de decisão aos organismos patronais através de um vogal seu no IIPA.

O Administrador-Delegado ficará sujeito ao estatuto de gestor público (artigo 9º) e é um órgão do IIPA (alínea b) do artigo 5º).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Após estas brevíssimas referências cabe fazer alguns comentários também breves:

- O IIPA será uma entidade com tantos e tão diversificados poderes que poderá vir a ser mais uma "iminência parda" da economia regional ou mais uma obscura instância de gestão dos nossos recursos.

- O IIPA, com o estatuto de instituto público, fica com poder de alienar participações, ou

distribuir incentivos, de orientar a penetração do capital estrangeiro, de intervir em negócios de compra de tecnologia, de executar medidas de comércio externo. Tanto encargo para um instituto público obriga a que se pergunte, com muita veemência, quais as conveniências de tão distorcida solução.

- O Administrador-Delegado passará a ser um gestor com enormes poderes.

Será um Secretário Regional na clandestinidade ou será a sombra de um ou dois Secretários Regionais?

- A criação de mais este Instituto afigura-se-nos como uma outra e audaciosa forma de retirar do debate político a opinião pública, muitos aspectos da gestão pública e da intervenção da Região na economia.

O Fundo de Abastecimento sempre foi um mistério, quer no que respeita a orçamento quer no que respeito à sua gestão.

Outro **mistério** parece estar em preparação, não sem ligação, pois o Fundo de Abastecimento fornecerá receitas ao IIPA.

Será que a ligação fica por aí?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP já se pronunciou sobre a política de privatizações quando aqui discutimos o programa do Governo.

Entendemos que deve ser desenvolvido fortemente e coerentemente o sector privado, mas que deve ser defendido o sector público, quer o que tem uma missão marcadamente social, quer aquele que à custa de muitos milhões de contos do orçamento foi tornado produtivo.

Condenamos a política de utilização por uns poucos, dos dinheiros que são de todos. Condenamos essas transferências sem critério que não beneficiam a generalidade da iniciativa privada e que apenas visam que alguns poucos se transformem em potentados.

Por tudo isto estamos contra a proposta, achamos que o IIPA é mais uma aberração económica e administrativa e mais um factor para alimentar a já muita desconfiança existente.

Disse.

**Vozes do PSD:** Não apoiado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia:

Estamos perfeitamente de acordo com os objectivos apresentados pelo Governo nesta proposta. De resto, a forma desenvolvida como o Sr. Secretário Regional da Economia apresentou o diploma, referindo inclusivamente alguns dos aspectos e estrangulamentos que neste momento caracterizam não só a nossa economia como também a forma de funcio-

namento da Administração (as delongas nos processos; a falta de celeridade; a burocracia reinante nalguns domínios - questões essas que estão fixadas como objectivos a combater), vem ao encontro das denúncias e da perspectiva que o Grupo Parlamentar do CDS tem apresentado sobre este domínio.

Referiu o Sr. Secretário - e isso para nós é um objectivo tranquilizante - que se trata de um organismo que irá ter uma estrutura leve. Na verdade, podíamos até dizer que seria talvez o aspecto que mais nos preocuparia nessa iniciativa: seria eventualmente o peso que essa estrutura pudesse vir na prática a assumir. Portanto, a declaração do Governo, no sentido de que será seu objectivo caracterizar o novo organismo como uma estrutura leve e eficaz, tranquiliza-nos sobremaneira.

Temos, porém, a noção de que, dado o leque, a diversificidade e a profundidade das competências e objectivos atribuídos a esse organismo, dele dependerá certamente, no futuro, muito do êxito ou não da política governamental, nomeadamente da capacidade de vir a atingir os seus objectivos. Daí que, a partir deste momento, o Grupo Parlamentar do CDS - e possivelmente toda esta Assembleia - irá colocar uma grande atenção à forma como o Governo vai ser capaz de pôr de pé esse instrumento da sua política, porque - repetimos - pelos vistos será a partir desse organismo que a Região verá ou não alguns dos seus problemas terem a solução adequada.

É nessa perspectiva que o Grupo Parlamentar do CDS vai dar a sua aprovação na generalidade ao documento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partida, o Grupo Parlamentar do PS tem algumas objecções sobre a apresentação deste diploma e o seu objectivo ou o instrumento que aqui é proposto para a finalidade que lhe é dada e também algumas dúvidas sobre a sua eficácia.

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, em relação às objecções sobre a oportunidade da sua apresentação, acontece que (e eu chamaria a atenção para este aspecto, que é particularmente importante) esta Assembleia aprovou uma orgânica do Governo Regional, essa orgânica tinha um prazo para a apresentação das orgânicas de cada um dos departamentos e este Instituto vem-se desencaixar de tudo isso, não apresentando, nenhuma das Secretarias que são tocadas, directa e indirectamente, pela criação do Instituto - Secretaria da Economia e Secretaria das Finanças e Planeamento -, nenhum dos instrumentos, ou seja, a orgânica de cada um desses departamentos, que nos permitiria avaliar da consonância deste

Instituto com o restante funcionamento da Secretaria. Foi aqui adiantado por um Deputado que isso até parecia outra Secretaria da Economia - nem isso nós podemos efectivamente avaliar!

Portanto, há efectivamente aqui uma inversão do procedimento que o Governo deveria adoptar neste caso e existem, lamentavelmente, lacunas na própria lei que foi aprovada nesta Assembleia, porque apenas define as áreas das competências e não define as bases das orgânicas.

Em relação à Secretaria da Economia, se isso acontecesse no diploma original ou no diploma matriz, que serve de base a todas as orgânicas dos departamentos do Governo Regional, este diploma possivelmente não teria que passar pela Assembleia.

Portanto, parece-nos que há, em termos de apreciação do funcionamento das próprias Secretarias, lacunas que poderiam ser supridas e que não são apenas porque, arbitrariamente, por razões possivelmente de eficácia política imediata (não eficácia política para o objectivo proposto para o Instituto), fazem-nos ter esse tipo de objecção em relação à sua apresentação.

Chamo apenas a atenção que uma parte das atribuições referentes a este Instituto estão, na orgânica do planeamento regional, atribuídas ao DREPA. Portanto, são retiradas ao DREPA; são retiradas à Secretaria das Finanças e Planeamento. Eu leio apenas duas alíneas:

"Ao DREPA compete designadamente:

g) Elaborar estudos de conjuntura, manter uma análise permanente das realidades demográficas, económicas e sociais da Região, de uma forma global e sectorial, e promover a realização de estudos de base e de interesse económico-social;

Isso colide, inevitavelmente, com as atribuições que aqui estão.

h) Emitir parecer sobre investimentos públicos não programados aquando da elaboração do plano regional e sobre investimentos privados cuja concretização dependa de autorização do Governo Regional ou beneficiem de qualquer modalidade de incentivo ou vantagens, nomeadamente no que se refere à sua adequação ao plano regional;"

Portanto, passamos a ter simultaneamente - se este diploma for aprovado - o IIPA e o DREPA a fazerem isso.

Parece que o que temos aqui é a manifestação e a tentativa de sair, por uma porta falsa, de guerras de competências, que não deixam possivelmente sair as orgânicas das Secretarias e que agora se tenta, por uma porta travessa, por um beco que pode ser sem saída, dar essa solução.

Portanto, este é um mau nascimento para um órgão com as funções que este se propõe.

Além disso, pela primeira vez na história dos Governos Regionais (e nós podemos comprovar isso ontem em relação ao IROA: os anteriores Governos Regionais tinham tido sempre a preocupação de não criar organismos que não fossem justificados pela eficácia que fossem adquirindo simultaneamente - vimos isso na criação do IROA), ao contrário desta política que foi prosseguida por anteriores Governos, entra-nos agora de repente um organismo, com cabeça, tronco e membros, já constituído em plena idade adulta.

Também lembramos que a Secretaria da Agricultura e Pescas, que publicou a sua orgânica, tem, na participação nas políticas das pescas e de agricultura, Conselhos Regionais de Agricultura e Conselhos Regionais das Pescas e, neste momento, desta função - que é a única que tem base na legislação publicada, porque a apreciação de carácter técnico, ou seja, o trabalho técnico, está neste momento atribuído ao DREPA, quer queiram quer não, uma vez que essa legislação não foi revogada -, ficará apenas para esse Instituto a parte meramente consultiva.

Portanto, aparentemente, parece-nos que na Secretaria da Economia podia ter sido resolvido pelo mesmo caminho, porque a orgânica da Secretaria da Agricultura e Pescas cria um novo Conselho Regional das Pescas, que não existia anteriormente. Por que é que a Secretaria da Economia não segue também esse caminho? - Por que é que para a Agricultura e para as pescas basta um conselho consultivo, como tentativa de fazer participar nas decisões da Secretaria a actividade, e na Economia não é necessário?

Portanto, este Instituto parece-nos totalmente desarticulado da política que nós podemos perceber pelas orgânicas já publicadas e parecé-nos realmente obedecer a alguns objectivos que não têm nada que ver com a iniciativa privada: têm, sim, alguma coisa a ver com falta de capacidade de iniciativa deste Governo em resolver, sem ziguezagues, os problemas que tem a resolver.

E voltaria aqui a sublinhar que é totalmente lamentável - e é bem expressivo da incapacidade de actuação desse Governo - que duas Secretarias (para não apontar outras!) se mantenham sem a publicação das respectivas orgânicas - Secretaria Regional das Finanças e Planeamento. É evidente que tudo isto está desarticulado; é evidente que tudo isto é possivelmente um tal "beco sem saída".

Além disso, ao nível das intenções este Instituto, para além de criar lugares e de alargar bastante o nível da sua actuação e das suas competências, é mais uma tábuca de salvação (a última talvez) para as tentativas de fazer que a taxa de participação do investimento privado na Região aumente.

Eu lembraria apenas as tentativas anteriores

- aquelas que me recordo de memória -:

- Para conseguir o mesmo objectivo tentou-se (já não sei em que Governo Regional) um conselho restrito para a economia (enfim, os resultados estão à vista); tentou-se um gabinete de apoio ao investidor (também já não sei em que Governo, mas não interessa muito); elaborou-se um plano industrial para a Região.

O Programa do Governo actual não promete nada que se relacione ou que tenha a ver com este Instituto, mas promete um guia do investidor para a Região. É curioso verificar que entre as atribuições desse Instituto nem sequer se faz nenhuma alusão a esse respeito.

Em relação à criação de novos organismos, nos quais se depositam muitas esperanças, lembraria uma criação que se não é deste Governo é, na sua actuação, da responsabilidade desse Governo, que é o Conselho Regional de Concertação Social. Ele foi criado com grandes esperanças, com grandes expectativas, com o objectivo de participação na economia regional e o que nós verificamos é que, pela primeira vez depois de ter sido criado o Conselho Regional de Concertação Social, a incapacidade de fazer funcionar o que quer que seja neste Governo, para dentro dele ou para fora dele, faz com que pela primeira vez nos últimos anos, com este Governo, neste momento - mês de Maio de 1989 ainda não tenha sido conseguida a elaboração do salário mínimo para a Região.

Portanto, este contexto e este conjunto de perspectivas não nos permite encarar esse Instituto senão como mais uma tentativa desesperada de fazer qualquer coisa que à primeira nos parece e ameaça não ser mais coisa nenhuma.

Este é o conjunto de dúvidas, de objecções e de preocupações que o PS tem em relação à criação desse Instituto: desarticulado da orgânica do Governo; desarticulado das funções que competem a este Governo; desarticulado do Programa do Governo. Enfim, é um retrato aparentemente brilhante, mas na realidade uma caricatura de um Governo que, não conseguindo funcionar, tenta criar apenas uma imagem.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia** (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para intervir no debate e relativamente às intervenções que acabo de ouvir.

Relativamente ao Deputado do Partido Comunista, ele não percebeu nada disto!

O Sr. Deputado só percebe aquilo que está nos cânones directivos do seu partido, aquilo que vem de cima para baixo!

Nós estamos habituados a esse comportamento do Partido Comunista noutras ocasiões, noutras latitudes, noutra universo até!

O Sr. Deputado não percebeu nada disto porque o Sr. Deputado confunde o que é esse Instituto com a orgânica da Secretaria - aliás, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, seguindo a mesma linha, também enveredou por esse caminho...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** ...de não perceber nada?!

**O Orador:** Não! O Sr. Deputado não percebeu! O Sr. Deputado confundiu algumas coisas, que eu já lhe vou dizer quais foram!

Mas o Sr. Deputado do Partido Comunista é que não percebeu ou não quis perceber - ele que decida sobre esse dilema!

A questão que aqui está proposta a esta Assembleia é a criação dum Instituto, que, francamente, existe em todas as regiões desta Europa (se quisermos ir até aos Estados Unidos também vamos encontrar estruturas desse tipo), onde existem governos democráticos. É o modelo que aqui adoptamos para compatibilizar políticas de incentivos e apoios financeiros ao investimento.

É um Instituto com uma estrutura leve - não há aqui grandes empenhamentos orgânicos, nem vamos fazer por isto. Ele está compatibilizado, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, com os objectivos do Programa do Governo - está referido no próprio Programa do Governo - e, aliás, o preâmbulo deste diploma que foi aqui apresentado começa por referir a parte do Programa do Governo que trata dessa matéria.

Depois, Sr. Deputado, não vejo qualquer conflito (era aquilo que dizia há pouco relativamente à sua confusão) entre as atribuições deste Instituto e as atribuições do DREPA. O que aqui se diz (lamento ter de repetir, mas vou ter de o fazer para que fique claro) é o seguinte:

"Colaborar com o Governo Regional na definição das políticas de desenvolvimento na área da economia;

Propor regras e acompanhar e gerir o processo regional de privatizações nos termos que vierem a ser legalmente definidos;

Desenvolver e gerir sistemas de apoio e incentivos financeiros ao investimento;

Colaborar na definição e execução das medidas de política de comércio externo que interessam à Região;

Colaborar na orientação do investimento directo estrangeiro e da importação de tecnologia na Região;

Gerir as participações da Região Autónoma dos Açores no capital de sociedades que para esse efeito lhe vierem a ser cometidas;

Adquirir, a título originário ou derivado, participação no capital de sociedades, bem como alienar ou onerar por qualquer forma as que tenham sido integradas no seu património e, ainda participar em institutos, associações

e outras entidades que tenham por objecto o desenvolvimento económico;

Fomentar o investimento privado regional."

Nada disso tem qualquer conflito com as atribuições do DREPA. É pena, mas não tem!

Isso não é a orgânica da Secretaria, Sr. Deputado! A orgânica da Secretaria está pronta, Sr. Deputado; está em condições de poder ser apreciada pelo Governo e de rapidamente ser publicada. O Sr. Deputado não vai perder muitos dias até que a veja, em condições, num "Jornal Oficial"!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Tinha 60 dias para isso; já lá vão 4 meses!

**O Orador:** O Sr. Deputado está há muito anos nesta Região. O problema não é do Sr. Deputado: o problema é nosso! Nós assumimos essa responsabilidade, mas garanto-vos que a assunção dessa responsabilidade se destina a preparar um documento em condições e não alguma coisa feita em cima do joelho.

O Sr. Deputado vai ter referida num "Jornal Oficial" a orgânica da Secretaria Regional da Economia, sem problemas de conflitos com outros departamentos, sem problemas de discussão sobre a repartição de competências - não é isso que nos preocupa, Sr. Deputado; daí a confusão!

Aí há alguma incapacidade da sua bancada para entrar neste diploma. E o que é que faz? - Resolve generalizar, resolve dizer aquilo que ele não tem, que é de que há aqui conflitos entre Membros do Governo, entre competências de Secretarias Regionais, etc., para destruir alguma coisa ou pelo menos tentar cobrir alguma coisa que é de facto interessante, que é positiva para o nosso desenvolvimento.

O que é que nós pretendemos com isto? - Compatibilizar o investimento, compatibilizar a política económica. Pelo contrário, não queremos conflitos entre as Secretarias: queremos que, de facto, o investidor tenha um interlocutor válido e aqui está ele.

Dentro das suas funções, Sr. Deputado, cabem com certeza as funções de elaborar um guia do investidor. O guia do investidor é um documento; não é um organismo.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É uma função também!

**O Orador:** É um documento; é um instrumento - não é um organismo!

Sr. Deputado do Partido Comunista, neste momento, os incentivos financeiros são incentivos que se aplicam por força de programas nacionais e por força de programas regionais que os Srs. Deputados bem conhecem.

O que esse Instituto vai fazer é, com e no quadro desses incentivos, gerir melhor, gerir com eficácia, antecipar, evitar delongas. É

isso que se fará. Para isso ele tem que ter os instrumentos necessários: não pode ser a Secretaria Regional da Economia como hoje está concebida, a nossa estrutura orgânica e de acordo com a nossa tradição jurídico-administrativa, a ter como atribuições as últimas atribuições que vêm referidas nesse artigo e que respeitam à gestão das participações e também à intervenção no mercado de capitais, que é absolutamente essencial.

Não é a Secretaria da Economia com a sua estrutura; não é o Secretário Regional que pode de facto intervir no mercado de capitais, fazendo aplicações financeiras deste tipo, como o Sr. Deputado sabe.

Portanto, não há aqui qualquer conflito. Pelo contrário o que há aqui é um esclarecimento, é uma atitude positiva.

Sr. Deputado, isso não é uma "imagem brilhante": é a "imagem brilhante", mas o conteúdo também o é!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado do Partido Comunista Português percebeu muito bem o que este Governo Regional pretende com a criação do IIPA.

A reacção do Sr. Secretário Regional também nós a percebemos e ela deve-se exactamente ao facto do Sr. Secretário Regional, também ele, ter percebido - e muito bem - algumas das coisas que nós dissemos e que quisemos dizer!

Sobre este assunto, dissemos tudo o que apurámos nesta discussão e neste momento. Consideramos que dissemos o suficiente e com clareza necessária neste momento, mas, no futuro muito breve, se infelizmente este projecto for aprovado, tudo ficará mais claro.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente, é para dizer simplesmente o seguinte:

Entre as coisas que foram por mim referidas há efectivamente duas que o Sr. Secretário não conseguiu demonstrar que elas não tinham fundamento, que é a sobreposição de competências entre o Instituto e o DREPA.

Dir-me-á que futuramente isto será resolvido. Bom, em relação a essas promessas futuras não temos razão nenhuma para confiar nelas quando por força da lei elas já deviam estar satisfeitas. Por conseguinte, não temos razão nenhuma para dar mais uma vez benefícios da dúvida a quem sistematicamente se esquece das obrigações que

tem que cumprir perante esta Assembleia.

Portanto, a sobreposição de competências é efectivamente notória.

Também não conseguiu demonstrar por que é que aquilo que é satisfatório para a Agricultura e Pescas não é satisfatório para a Economia e para o sector industrial, ou seja, por que é que o que ao nível da Agricultura e Pescas é resolvido com um simples Conselho Consultivo tem que ser, no caso da secretaria da Economia, resolvido por um Instituto, com uma estrutura que se considera "leve" (mas é a de Instituto).

Por que é que não é "levíssima" como as outras estruturas para os outros dois sectores e para a outra Secretaria, que são tão vitais e tão importantes como esse?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Alvaro Dâmaso):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para uma intervenção muito breve.

Há pouco, na minha exposição, esqueci-me de esclarecer o Sr. Deputado do Partido Comunista relativamente ao Fundo de Abastecimentos. Desculpem ter de voltar atrás, mas julgo que isso tem de ficar absolutamente claro.

É que o Fundo de Abastecimentos tem os seus orçamentos e as suas contas aprovados pelo Governo e ambos entregues no Tribunal de Contas. Não é - aquilo que o Sr. Deputado tinha dito durante a sua exposição - um organismo a respeito do qual nada se conhece!

De resto, quer os orçamentos quer as contas estão disponíveis. Esta Assembleia deve tê-las nos seus arquivos, mas se não tiver terei muito gosto em mandá-los para cá.

Relativamente às duas questões que o Sr. Deputado do Partido Socialista diz que eu não respondi, eu respondi perfeitamente à primeira e não me vou referir a ela; relativamente à segunda, é evidente que são coisas totalmente distintas, Sr. Deputado: a Agricultura não tem nada a ver com isto. Os instrumentos da agricultura são próprios da Agricultura; têm a ver com a sua estrutura económica, portanto não vou aqui agora tecer considerações do ponto de vista conceptual, porque isso o Sr. Deputado sabe (não me preocupo com isto), só que não é possível a um Conselho - como aquele que existe para a Agricultura ou como aquele que vai existir para os Transportes (ele vai aparecer dentro em breve) -, que é uma estrutura congregadora de vários interesses e que dirige também interesses no seu seio, cumprir as funções que vêm aqui referidas na alínea g), nem sequer é possível cumprir as funções da alínea h) - "Fomentar o investimento privado regional" -, nem "Adquirir, a título originário ou derivado, participação no capital de sociedades" ou intervir no mercado de capitais.

Eu pensei que o Sr. Deputado tivesse percebido isto!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Mas a Secretaria pode fazer isto!

**O Orador:** Não estou aqui também a fazer as considerações sobre a estrutura e o funcionamento do mercado de capitais, que é uma questão, Sr. Deputado, da qual o seu partido tem estado longe, mas ontem vi na televisão um ilustre elemento do seu partido tecer considerações profundas relativamente à excelência das privatizações, à excelência dos mercados, à excelência do funcionamento dos mercados livres! Sr. Deputado, aconselho-o a perguntar-lhe!

Muito obrigado.

(Risos do PSD)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que aquilo que o Sr. Secretário disse não tem absolutamente nada a ver com as minhas afirmações! Eu nem falei em privatizações: falei em estruturas que podem corresponder ou não!

Nós entendemos que essa estrutura não responderá a coisa nenhuma: é um falso brilharete!

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais intervenções para a generalidade, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta na generalidade façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria, na generalidade, com 24 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS, registando 18 abstenções do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos passar à especialidade.

Para a especialidade existem 3 propostas de eliminação apresentadas pelo Partido Social Democrata: uma para o nº 3 do artigo 2º; outra para o artigo 12º e outra para o artigo 13º.

O Sr. Deputado Rui Meireles pede a palavra para?

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra para o efeito.

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para perguntar ao Sr. Deputado Lopes como é que ele explica que na Comissão os representantes do PS tivessem votado por unanimidade e agora aqui se abstivessem em relação a esta matéria.

(Risos do PSD)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado

Dionísio de Sousa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É por uma razão muito simples; é que quando (e eu aproveito para esclarecer)...

**Deputado Carlos Teixeira (PSD):** A pergunta não é para si Sr. Deputado!

**O Orador:** Eu respondo em nome do Sr. Deputado Lopes e do Grupo Parlamentar do PS! Julgo que posso fazê-lo sem usurpar as competências de ninguém, nem dentro, nem fora do Grupo Parlamentar (felizmente)!

**Deputado Rui Melo (PSD):** O Sr. Deputado sabe tudo!

**O Orador:** ...É por uma razão muito simples, que toda a gente conhece e que apenas fica aqui dita para as pessoas que por acaso tenham esquecido: é porque o PS tem um Grupo Parlamentar, ao contrário do que acontece com o CDS que tem um Presidente de um Grupo Parlamentar mas não tem Grupo Parlamentar!

(Risos do PSD)

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Está à mostra!

**O Orador:** Portanto, é isso só que explica o facto de os Deputados quando actuam na sua perspectiva e na sua análise individual de Deputados - isso acontece-me a mim imensas vezes (e os Srs. Deputados do PSD também sabem que isso lhes acontece a si imensas vezes)!...

(Ápartes inaudíveis do PSD)

**O Orador:** ...votam e decidem sob essa perspectiva. Essa perspectiva é analisada depois no Grupo Parlamentar.

Isso para elucidar aqueles que, não tendo Grupo Parlamentar, poderão não se aperceber dessa circunstância, que efectivamente é bastante forte.

**Presidente:** Srs. Deputados, está esclarecido este assunto...

O Sr. Deputado Rui Meireles precisa de mais um esclarecimento?

**Deputado Rui Meireles (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para dar uma achega:

- Espero que o Sr. Deputado José Gabriel Lopes tenha ouvido a explicação do Presidente do Grupo Parlamentar!

(Risos do PSD)

**Presidente:** Certamente que ouviu!

(Risos da Câmara)

Vamos então passar à especialidade...

O Sr. Secretário Regional também precisa de um esclarecimento?

**Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pensei que o Sr. Presidente da Mesa já tinha passado à especialidade e eu queria-me

pronunciar sobre as propostas na especialidade.

Quanto ao "esclarecimento", não necessito.

**Presidente:** Tendo a Mesa só estas 3 propostas de eliminação, pergunto aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares se é possível pôr a discussão os outros artigos que não têm propostas de eliminação nem de emenda e discuti-los em conjunto ou se pretendem discutir artigo por artigo.

(Respostas inaudíveis dos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares).

**Presidente:** Pode ser em conjunto. Então, ficam à discussão todos os artigos menos o 2º, o 12º e o 13º.

Não havendo intervenções, vamos votar conjuntamente este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com este conjunto de artigos, menos o 2º, o 12º e o 13º, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foram aprovados por maioria, com 23 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS, registando 18 abstenções do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Estão agora à discussão as propostas de eliminação apresentadas pelo Partido Social Democrata.

Não havendo intervenções, vamos votar. Votaremos primeiro as propostas de eliminação dos artigos 12º e 13º.

Os Srs. Deputados que concordam com a eliminação destes dois artigos façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 12º e 13º foram eliminados por maioria, com 23 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS, registando 18 abstenções do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos agora votar a proposta de eliminação do nº 3 do artigo 2º, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Foi aprovada com 23 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do CDS, registando 18 abstenções do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Fica então aprovado este Decreto, que baixa à Comissão para a redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho

para uma declaração de voto.

**Deputado Borges de Carvalho (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata aprovou a proposta de criação do Instituto de Investimentos e Privatizações dos Açores, **em primeiro lugar**, porque considera que a participação da iniciativa privada no desenvolvimento económico é fundamental; **em segundo lugar**, porque tem consciência do peso do sector público empresarial da Região e considera-o excessivo; **em terceiro lugar**, porque considera que é obrigação do sector público criar os meios necessários para que a iniciativa privada contribua decisivamente para o tão desejado e necessário desenvolvimento económico; **e em quarto lugar**, porque acreditamos que a criação deste Instituto vai contribuir para a celeridade na apreciação dos processos e para a clarificação do quadro de acção da iniciativa privada.

**Deputado Fernando Faria (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, a Mesa apresenta a seguinte **Proposta de Resolução:**

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Maio."

Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, fica também convocada extraordinariamente a Assembleia para o dia 2 de Junho.

Pedia que estivessem todos aqui às 9,45 horas para facilitar a montagem.

A ordem de trabalhos, como sabem, é a Sessão Solene para receber o Sr. Presidente da República, que nos dá a honra de vir a esta Casa.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde... e até Junho!

(Eram 13, 30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Tomaz Duarte; **PS** - Martins Goulart; **CDS** - Alvarino Pinheiro).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PS** - Francisco Sousa e Carlos Pinto).

**O Redactor de 2ª Classe:** José Maria Dutra da Silva.